

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CRISTIANE CAMARGO

**UM RECORTE DA DURA REALIDADE DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE FLORIANÓPOLIS/SC E CADASTRADAS NO
PETI**

**DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO**

EM: 26/03/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS, 2006.2

CRISTIANE CAMARGO

**UM RECORTE DA DURA REALIDADE DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE FLORIANÓPOLIS/SC E CADASTRADAS NO
PETI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina – UFSC, como
requisito para obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Teresa Kleba Lisboa

FLORIANÓPOLIS, 2006.2

CRISTIANE CAMARGO

**UM RECORTE DA DURA REALIDADE DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA
RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE FLORIANÓPOLIS/SC E CADASTRADAS NO PETI**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

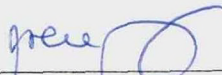
Banca Examinadora



Profª. Drª. Teresa Kleba Lisboa
Orientadora



1ª Examinadora
Beatriz Aparecida dos Santos Moratelli
Assistente Social



2ª Examinadora
Profª. Drª. Maria Teresa dos Santos
Profª. Departamento de Serviço Social – UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2007

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre estar ao meu lado e em meu pensamento nos momentos bons e ruins da minha vida.

À minha mãe, Bernadete Fridolina Naú e à minha irmã Bárbara Naú Camargo que sempre estão do meu lado, me incentivando, me encorajando nas minhas caminhadas. Amo muito vocês!

À família NAÚ, por fazerem parte da minha vida. Amo vocês!

Aos professores da UFSC que me proporcionaram um amplo leque de conhecimentos e principalmente à minha orientadora Teresa Kleba Lisboa, por toda a atenção e comprometimento ético.

Ao meu companheirinho de todos os dias Lord... Te amo!

Às amigas e colegas do curso de Serviço Social e que tem um lugar reservado no meu coração: Hellen, Edilaura, Dianês, Eliane, Jaqueline, Carin.

Quero salientar agradecimento especial as minhas Amigas Marilene, Valéria, Natalli e Giselle sem vocês eu não teria conseguido.

Aos colegas do escritório: Demétrio Pai, Demétrius F., Paulo de Tarso, Paulo Tadeu, Lucyana, Leonardo, Maycon, Manoel, Charles e Pierre por ter entendido a minha ausência em alguns momentos.

Aos queridos colegas do PETI: Aline, Carlos, Kátia, Alexsandra, Leila, Gabriel, Samuel, Rodrigo, Silvia, Judite e Gleice, pelo conhecimento repassado, comprometimento e também pela amizade. Adoro vocês!

Agradeço especialmente a Kátia, minha supervisora de campo e amiga por ter me acalmado nos momentos em que precisei, pela atenção e comprometimento ético.

As mulheres chefes de famílias que na sua luta diária reservaram um tempinho e contribuíram para que esta pesquisa desse certo. Espero que suas vidas melhorem e que vocês sejam muito felizes!

Enfim, a todos que entenderam o meu objetivo profissional e que participaram de maneira direta e indireta para que eu realizasse o meu sonho. Meu sincero carinho, respeito e admiração por todos.

PARA VOCÊ QUE TEM ALGUM PRECONCEITO QUANTO AO SERVIÇO SOCIAL

- O que vamos fazer quando Assistentes Sociais?
- Será que somos tão dispensáveis assim quanto julgam?

O Assistente Social tem que defender seu usuário acima de tudo, logo, Serviço Social é Direito.

Não podemos deixar o usuário voltar para casa abalado, sem progresso, logo Serviço Social é Psicologia.

Temos que administrar muito bem o tempo e as ações, não podemos deixar de somar, dividir, multiplicar e alcançar um resultado, sendo assim, Serviço Social além de administração é também Matemática.

Precisamos massagear o ego das pessoas que nos procuram e às vezes interpretar o papel de alguém que não se abala com situações tristes e histórias complicadas, então Serviço Social além de Fisioterapia, é também Artes Cênicas.

A gente também precisa fazer projetos para construir almas e corações que muitas vezes foram destruídos pela sociedade ou pela própria família, logo Serviço Social também é Engenharia Civil.

É necessário que tenhamos em mente sábios ensinamentos para passar aos que precisam, logo, Serviço Social é Filosofia.

A gente precisa não só ensinar as crianças, mas também os adultos sobre a arte de viver mesmo que tudo pareça ir contra isso, então somos também Pedagogia.

Apenas com a palavra é preciso curar os que se apresentam com doenças do espírito, logo somos medicina. Precisamos utilizar toda nossa criatividade para cuidar de pessoas simples e situações inusitadas, logo, somos Comunicação e Expressão visual.

E precisamos organizar arquivos bem mais complicados que de uma biblioteca, os arquivos da sociedade, das ruas, logo Serviço Social é Biblioteconomia;

Assim é o nosso curso, e como tal deve ser amado e respeitado por todas (os) que escolheram como futura profissão Assistente Social.

Está na hora de nos conscientizarmos que não são níveis e índices de vestibular que tornam um curso importante ou dispensável, e sim os benefícios que seus acadêmicos trazem para a sociedade.

E está mais do que certo que fomos os escolhidos para lutar por um mundo melhor e livre de injustiças.

Autor Desconhecido.

RESUMO

CAMARGO, Cristiane. **Um recorte da dura realidade das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI**. 2007. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Este trabalho de Conclusão de Curso visa apresentar as famílias chefiadas por mulheres cadastradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI do município de Florianópolis e residentes na região sul. A pesquisa foi realizada no período de estágio curricular. Primeiramente, apresenta-se a explanação sobre o surgimento do PETI no Brasil que, devido ao índice significativo de trabalho precoce, foi ampliado para outros estados e municípios e a questão da política assistencialista voltada à família, identificando-se os atendimentos fragmentados e seletivos existentes. Em seguida, apresenta-se o principal objetivo deste trabalho de identificar quais as famílias chefiadas por mulheres para conhecer o seu perfil sócio-econômico através do Cadastro Familiar do Programa e de entrevistas semi-estruturadas pautadas com perguntas norteadoras com relação à situação econômica, às suas principais dificuldades, às questões intrafamiliares, bem como a seus relacionamentos (ex-companheiros, filhos), à gravidez desejada ou não, ao planejamento familiar (saúde) e às questões extrafamiliares, como o acesso obtidos por elas aos serviços públicos e a outras redes de atendimento que amenizam de forma emergencial as necessidades existentes. Os resultados desta pesquisa foram analisados através de gráficos e das “falas das mulheres” em que foi constatado que elas vivem em situações de extrema carência econômica, política, social e psicológica, visto que não recebem apoio adequado para que se emancipem como mulheres, trabalhadoras, mães e donas de casa. Dessa forma, reconhecendo suas necessidades, limites e principalmente, a visão das mulheres chefes de famílias frente ao seu modo de vida, propomos a inclusão dessas demandas em projetos específicos que sejam voltadas à realidade dessas mulheres, proporcionando-lhes perspectivas de vida.

Palavras-chave: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Famílias chefiadas por Mulheres. Políticas Públicas.

LISTA DE SIGLAS

B P C – Benefício de Prestação Continuada
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
C E F – Caixa Econômica Federal
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC – Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
NAF – Núcleo de Apoio à Família Rodoviária
OIT – Organização Internacional do Trabalho
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
PBF – Programa Bolsa-Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
POASF – Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UNICEF – Fundo para as Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO UMA POLÍTICA SOCIAL FOCALIZADA NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE..... | 10 |
| 1.1 BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI..... | 10 |
| 1.1.1 Apresentando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de Florianópolis/SC..... | 13 |
| 1.1.2 As Políticas Sociais de enfoque assistencialista voltadas à família..... | 17 |
| 2 CONHECENDO AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE FLORIANÓPOLIS, CUJOS (AS) FILHOS (AS), NETOS (AS) E SOBRINHOS (AS) ESTÃO INSERIDOS (AS) NO PETI..... | 25 |
| 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA..... | 25 |
| 2.2 CONHECENDO AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS QUE PARTICIPARAM DA ENTREVISTA..... | 28 |
| 2.2.1 Ocupações remuneradas e renda familiar das mulheres chefes de família..... | 35 |
| 2.2.2 Principais dificuldades em relação ao sustento e à criação dos filhos..... | 41 |
| 2.3 CASAMENTOS: CONFLITOS DE VALORES ENTRE O HOMEM E A MULHER..... | 53 |
| 2.4 PAI AUSENTE, FILHO CARENTE?..... | 61 |
| 2.5 AMOR MATERNO: MITO OU OBRIGAÇÃO?..... | 67 |
| 2.6 GRAVIDEZ E A SAÚDE DA MULHER..... | 70 |
| 2.7 MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA FRENTE ÀS DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 74 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 82 |
| REFERÊNCIAS..... | 86 |
| APÊNDICE A – DECLARAÇÃO E QUESTIONÁRIO - Pesquisa com mulheres chefes de família cujos filhos estão inseridos no PETI de Florianópolis..... | 91 |
| ANEXO A – Cadastro Familiar | 94 |

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da experiência como estagiária do curso de Serviço Social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. Assim, tem-se como objetivo inicial conhecer a instituição que abriga o trabalho do Serviço Social e adquirir conhecimento teórico e principalmente prático no decorrer da pesquisa realizada.

Iamamoto (1999) afirma que é por meio da prática direta nos setores populares que são disponibilizadas condições privilegiadas de apreender as diversas formas de expressões da vida cotidiana. É importante que essa proximidade seja aliada a uma bagagem científica, podendo obter assim uma visão totalizadora da realidade do cotidiano do usuário e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais.

Antes de abordar a questão norteadora desta pesquisa, foi necessário no primeiro momento apresentar a contextualização do PETI, apresentando um breve histórico, suas finalidades e objetivos e também a necessidade de refletir sobre as políticas públicas voltadas à família.

O Brasil no decorrer dos anos tem sido alvo de constantes transformações, sejam elas econômicas, políticas e sociais que atingem a população. Os direitos constitucionalmente assegurados estão perdendo a sua efetividade, consequentemente, prejudicando a sociedade. Porém, há a existência de mobilizações que fazem com que esses direitos não sejam perdidos totalmente, e assim, conseguem com que prevaleçam, mesmo que de forma fragmentado o direito constitucionalmente garantido.

Na área da criança e do adolescente são visíveis as transformações ocorridas, especificamente na aprovação da Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente). O Estatuto disciplinou os direitos fundamentais e estabeleceu o sistema de garantia de direitos através da ação compartilhada entre família, sociedade e Estado. Porém, no Brasil existem crianças e adolescentes trabalhando precocemente em lavouras, em fábricas, em lixões, nas ruas ajudando os pais ou sendo explorados por pessoas que não respeitam a lei. O trabalho precoce tem efeitos a longo prazo, sendo que priva a criança e o adolescente do direito de ter acesso à educação, ao convívio familiar, à saúde e ao lazer.

Em 1996 foi implantado no Brasil o PETI, visando à eliminação do trabalho precoce, possibilitando as crianças e aos adolescentes a ampliação do universo cultural e o

desenvolvimento de potencialidades com vista à melhoria do desenvolvimento escolar e da qualidade de vida. Posteriormente, em 1999 o Programa foi implantado no estado de Santa Catarina e em 2000, no município de Florianópolis que é atualmente vinculado à Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e do Desenvolvimento Social, através da Gerência da Criança e do Adolescente.

Frente aos objetivos do Programa focados nos direitos da criança e do adolescente, constata-se que os pais e/ou responsáveis não entendem o principal objetivo do Programa, porque muitos ingressaram no mercado de trabalho também precocemente. Assim, percebe-se como uma questão cultural é naturalizada pelos pais e/ou responsáveis, devendo-se trabalhar na dinâmica do esclarecimento sobre os problemas causados pelo exercício do trabalho precoce.

A família é considerada o lugar de socialização de crianças e adolescentes, o lugar onde se criam e educam os filhos. Porém, pais e/ou responsáveis não conseguem muitas vezes cumprir o papel de educador perante a sociedade, pois nem sempre é a família a única responsável, além dela a sociedade e o governo também devem cumprir sua parte no cuidado.

Assim, a escolha da temática se deu pela percepção de um número significativo de mulheres como responsáveis (titulares) pelo recebimento do benefício do programa PETI, sendo a participação masculina praticamente ausente. Segundo Carvalho (1998), nos últimos anos, houve um crescimento significativo de famílias chefiadas por mulheres que pode ser consequência da crise econômica dos anos 80 e a perda do poder de geração de renda masculino.

Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa e apresentadas as mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis e também a apresentação e análise dos resultados obtidos.

Os instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram a análise de documentos (Cadastro Familiar) e as entrevistas posteriormente transcritas com as dezesseis mulheres chefes de família que aceitaram o convite de contribuir para a pesquisa.

1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI COMO UMA POLÍTICA SOCIAL FOCALIZADA NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE

1.1 BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

Antes de discorrer sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do município de Florianópolis/SC, faz-se necessário descrever brevemente o surgimento da Organização Internacional do Trabalho – OIT e posteriormente a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em âmbito nacional.

Após a Primeira Guerra Mundial, a OIT foi criada pela Conferência de Paz e sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes¹, a mesma foi fundada com o objetivo de promover justiça social, sendo a única das Agências do Sistema das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, ou seja, os representantes dos empregadores, trabalhadores e de governo participam na mesma situação de igualdade.

A OIT é uma agência especializada das Nações Unidas que busca a promoção da justiça social e o reconhecimento internacional dos direitos humanos e trabalhistas. A OIT tem como finalidade:

- formular normas internacionais do trabalho;
- promover o desenvolvimento e a interação das organizações de empregadores e de trabalhadores e
- prestar cooperação técnica principalmente nas áreas de formação e reabilitação profissional; políticas e programas de emprego e de empreendedorismo; administração do trabalho; desenvolvimento empresarial; cooperativas; Previdência Social; estatísticas e segurança e saúde ocupacional².

O Brasil tem passado, nas últimas décadas, por um amplo processo de democratização e afirmação dos direitos de cidadania. O principal marco legal desse processo é a Constituição da República de 1988, especificamente em seu artigo 227 que menciona:

¹ O Tratado de Versalhes foi o tratado de paz assinado pelas potências européias após a Primeira Guerra Mundial, em 28/06/1919, e que foi ratificado em 10/01/1990. Disponível em: <<http://www.comciencia.com.br>> Acesso em: mar. 2006.

² Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/inst/fund/index.php>>. Acesso em: 11 out. 2006.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), também tem suas diretrizes pautadas na Doutrina de Proteção Integral, em defesa da garantia de direitos a todas as crianças e adolescentes que necessitem de cuidados e proteção especiais.

Em 1992, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC foi um dos instrumentos de cooperação da OIT que mais contribuiu na articulação, mobilização e legitimação das iniciativas nacionais de combate ao trabalho precoce. As Convenções nº 138 (Idade Mínima) e nº 182 (Piores Formas) foram as principais formas de estratégias utilizadas pela OIT/IPEC na potencialização de vários movimentos no País em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em 29 de novembro de 1994 foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) com o apoio da Organização Internacional do Trabalho e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A pressão e a mobilização do Unicef, do FNPETI e da Comissão Permanente de Investigações das Condições de Trabalho que acabaram com o trabalho precoce nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, sendo que lá os garotos trabalhavam em fornos cuja temperatura chegava a 60°C. Devido ao reconhecimento da realidade de trabalho destas crianças e adolescentes é que foi implantado em 1996 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil, possibilitando assim, às crianças e aos adolescentes a ampliação do universo cultural e o desenvolvimento de potencialidades com vista à melhoria do desenvolvimento escolar e da qualidade de vida, visto que o seu surgimento se deu como consequência das necessidades apresentadas pela sociedade para a erradicação do trabalho precoce.

No ano de 2001, as famílias que são beneficiadas pelo Programa foram cadastradas no Cadastro Único (CADIÚNICO) que foi uma forma que o Governo Federal em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) encontrou para que o pagamento dos beneficiários de todos os Programas de transferência de renda fosse centralizado. Assim, a família beneficiária receberia mensalmente o benefício utilizando o Cartão do Cidadão que contém o número do

Cadastro Familiar. Porém, o sistema bancário não consegue absorver imediatamente a demanda cadastrada fazendo com que grande número de famílias não consiga o acesso ao sistema de informações para posteriormente receberem o Cartão-Cidadão.

Nos últimos tempos, com o objetivo de formar um sistema otimizado e dinâmico, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) está promovendo uma série de mudanças em suas políticas sociais, pois o Sistema Único de Assistência Social³ (SUAS) está sendo uma verdadeira revolução na assistência social brasileira, integrando assim uma política pactuada nacionalmente e prevendo uma organização participativa e descentralizada da assistência social com ações voltadas para o fortalecimento da família.

Os repasses de recursos federais para estados, municípios e Distrito Federal, a prestação de contas e a maneira como serviços e municípios estão hoje organizadas são baseados em critérios e procedimentos transparentes, trazendo como uma das inovações a classificação dos municípios em três níveis de gestão (Inicial, Básica e Plena).

Como consequência dessas respectivas mudanças, até o final do ano o MDS deve concluir a integração do Programa Bolsa Família (PBF) com o PETI, reunindo finalmente os programas de transferência como Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação e o Cartão-Alimentação, estando ainda em curso a integração do PBF com o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Através da Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005, buscou-se racionalizar a gestão entre o PETI e o PBF, com o incremento da intersetorialidade e da potencialidade das ações do governo. Conforme o site do Ministério de Desenvolvimento Social⁴,

assim, as questões de duplicidade e concorrência entre o PBF e o PETI, são enfrentadas através da integração, que se tornou caminho viável para fazer face aos impasses e propiciar uma maior cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil, seja por meio do PBF ou do PETI.

Importante ressaltar que o processo de integração entre o PETI e o PBF deve possibilitar aos mesmos que continuem atingindo seus principais propósitos, garantindo assim

³ O Sistema Único de Assistência Social é uma importante deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social (12/2003) e passa a reorganizar ações e serviços em todo o território nacional, por meio da articulação e provimento de ações em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial>>. Acesso em: 17 nov. 2006.

⁴ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/texto-6-Integracao-PETI-PBF.doc/view?search='peti'>>. Acesso em: 17 nov. 2006.

a especificidade e o foco de cada programa. Assim, o PETI merece atenção especial por parte do governo porque o programa tem a função de reintegrar crianças e adolescentes nas escolas e por isso deve haver mais investimentos para que essas crianças possam viver plenamente o período da infância que é essencial para o desenvolvimento de todo ser humano.

Nesse contexto, para que as famílias tenham o direito de receber a transferência de renda terão que cumprir o compromisso de retirar todas as crianças e/ou adolescentes de atividades laborais e de exploração e elas deverão ter frequência mínima nas atividades de ensino regular e nas Ações Sócio-Educativas e de Convivência no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária mensal. No que se refere ao componente de transferência de renda,

as famílias novas, em situação de trabalho infantil, deverão ser incluídas no PBF, caso tenham renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 120,00, de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. Serão incluídas no PETI, caso tenham renda per capita mensal superior a R\$ 120,00, de acordo com os critérios de partilha de recursos do PETI previstos na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, aprovada pela resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social. (Ministério do Desenvolvimento Social)

Finalmente em todo o Brasil, os estados e municípios estão mobilizados para a realização dos ajustes que deverão ser feitos de imediato e também para a realização de conferências, concluindo-se esse processo através da V Conferência Nacional de Assistência Social que foi realizada nos períodos de 05 a 08 de dezembro/2005.

1.1.1 Apresentando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Município de Florianópolis/SC

Em novembro de 1999 o Programa foi implantando no estado de Santa Catarina, primeiramente, nos municípios de São João Batista, Canelinha, Içara, Morro da Fumaça, Treze de Maio e Sangão. Em 2000 foi a vez de Florianópolis, tendo como meta inicial atender 210 crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho precoce. Em dezembro do mesmo ano houve a ampliação de metas para 500, com finalidade de atender a demanda existente. Sendo assim, no ano de 2006 o programa atendeu 710 crianças e/ou adolescentes.

O PETI é um Programa do Governo Federal financiado com os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), com o co-financiamento dos estados e municípios,

podendo contar ainda com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil e se tornou o principal instrumento da política governamental de combate à exploração do trabalho precoce.

No município de Florianópolis/SC, o Programa está vinculado à Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e do Desenvolvimento Social, através da Gerência da Criança e do Adolescente.

Conforme as diretrizes e normas estabelecidas na Portaria nº 458 de 04 de outubro de 2001, SEAS/MPAS (Secretaria Estadual de Assistência Social/Ministério da Previdência e Assistência Social), o PETI tem como principal objetivo a erradicação do trabalho precoce na zona rural e urbana em parceria com os diversos setores governamentais e da sociedade civil. Seus objetivos específicos visam:

- a) retirar crianças e adolescentes de 7 a 16 anos de idade do trabalho principalmente aquele considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante;
- b) possibilitar acesso, permanência e bom desempenho delas na escola e que no período complementar elas desenvolvam atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer em Projetos de Ações Sócio-Educativas e de Convivência;
- c) proporcionar apoio e orientação às famílias, com renda per capita de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo, por meio de ações sócio-educativas e de programas e projetos de geração de trabalho e renda.

A inserção de crianças e adolescentes no Programa se dá através de encaminhamentos dos Conselhos Tutelares, Programa Abordagem de Rua, Programa Sentinela, Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar (POASF) e de outros órgãos ou Programas de Proteção competentes como: Instituições, Escolas, Ações Sócio-Educativas, Ministério Público e Delegacia Regional do Trabalho, sendo que os primeiros órgãos aqui mencionados são os mais utilizados pela população. Assim, qualquer cidadão que encontrar uma criança ou adolescente em situação de trabalho deve acionar os órgãos acima citados para que eles verifiquem a situação e após a constatação do trabalho precoce a criança e o adolescente serão encaminhados ao PETI.

No Programa, é realizada com a família (pais e/ou responsáveis) uma entrevista inicial e eles são orientados que as crianças e adolescentes tem o direito de freqüentar uma escola regularmente, pois a ela é fundamental para o seu futuro, na condição de seres em desenvolvimento. Assim, complementa-se que há ações sócio-educativas e de convivência que devem ser freqüentadas no período complementar ao da escola, contribuindo para que eles não estejam expostos à exploração de sua mão-de-obra.

Um dos principais instrumentos utilizados pelo Programa para que os objetivos sejam cumpridos pelas famílias nele inseridas é a Bolsa Criança Cidadã, que corresponde a R\$ 25,00 e R\$ 40,00 na área rural e urbana, respectivamente. A bolsa tem caráter emergencial e temporário, porém, assim como os Programas Bolsa Família, Renda Mínima, PETI, entre outros, tem sido utilizada para corrigir distorções decorrentes de modelos econômicos concentradores de renda que geram e aprofundam a desigualdade social, vindo desta maneira impedir a expansão horizontal dos direitos sociais.

Segundo Martins e Paiva (2003, p.61), a abrangência do PETI nos estados demonstra que este é um programa que precisa ser revisto, pois se trata de mais um acanhado programa de distribuição de renda, cuja pretensão focalista acaba por ser reprodutora de mais desigualdade entre os já excluídos.

O PETI de Florianópolis é atualmente coordenado pelo Pedagogo e Educador Social Carlos Alberto Veloso, formando-se uma equipe com três assistentes sociais, sendo que uma delas atua no setor administrativo, enquanto as outras atuam como profissional de Serviço Social, três estagiárias de Serviço Social e dez estagiários (as) de diversos cursos (artes cênicas, pedagogia, artes plásticas, ciências sociais, entre outros) que desenvolvem nos projetos parceiros do Programa atividades sócio-educativas com crianças e adolescentes.

Para um melhor atendimento com pais e/ou responsáveis, crianças e adolescentes inseridos no Programa, a equipe técnica desenvolveu uma metodologia de trabalho que tem sido fundamental para que as estagiárias possam exercer suas funções. Assim, os atendimentos das famílias foram divididos por regiões da grande Florianópolis, ou seja, cada estagiária é responsável por uma ou mais regiões e que contém os seguintes bairros, como: região norte (Rio Vermelho, Vargem Grande, Ingleses, Canasvieiras, Vila União e Saco Grande), região sul (Tapera, Armação, Pântano do Sul, Sertão do Ribeirão, Areias do Campeche, Costeira do Pirajubaé, Caieira do Saco dos Limões e Rio Tavares), região central (Centro, Agrônômica e Trindade) e região continental (Estreito, Vila Aparecida, Capoeiras, Monte Cristo), tendo como critério a quantidade de famílias por regionais, para não sobrecarregar o serviço das estagiárias. Importante destacar aqui que até o momento há famílias inseridas nestes bairros e que outros poderão surgir conforme a necessidade.

Essa metodologia de trabalho tem como finalidade o desempenho de um trabalho qualitativo com as famílias inseridas no PETI, facilitando-se a verificação de frequência escolar e ações sócio-educativas de convivência, aumentando o vínculo de confiança entre estagiárias e as famílias (pais e/ou responsáveis, crianças e adolescentes) e vínculos com os Projetos parceiros e/ou outras instituições.

É importante destacar que qualquer estagiária está apta para realizar os atendimentos necessários com qualquer uma destas famílias, independente de serem responsáveis por elas. Mesmo porque o estágio realizado tem duração de quatro horas diárias, ou seja, o equivalente à vinte horas semanais e nem sempre a família consegue encontrar determinada estagiária quando necessário, assim, o atendimento é realizado e relatado no Cadastro Familiar.

Para os acadêmicos, a realização do estágio é fundamental para o futuro profissional, porque além de conhecer o funcionamento da instituição, ele adquire conhecimento teórico e principalmente prático no decorrer do trabalho realizado.

É por meio da prática direta junto aos setores populares que o assistente social

dispõe de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais (IAMAMOTO, 1992, p. 16).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil se apresenta fragmentado, seletivo, assistencialista e burocrático. Ao invés de ser um Programa universal e emancipador, foi criado pelo Governo Federal com a principal função de transferência de renda para famílias que possuem crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Visão de direito à cidadania que deve ser amplamente tratada pelo assistente social.

Porém, a família deve ser vista como sujeito coletivo de direitos, devendo ser alvo reconhecido e privilegiado de programas assistenciais, principalmente os que são voltados às crianças e aos adolescentes. Desconhecer a sua importância e trabalhar com crianças isoladamente, significaria diminuir as chances de sucesso deles. Assim, os problemas apresentados pelas famílias devem ser analisados dentro de uma perspectiva de totalidade, reconhecendo-as inseridas em um processo de constantes mudanças.

A equipe do Programa é muito comprometida, porém, os órgãos públicos não investem em melhorias nas condições de trabalho para os profissionais e exigem que os atendimentos sejam realizados, mas ao mesmo tempo não proporcionam instrumentos (meios) de trabalho adequados para atender a demanda.

As estagiárias de Serviço Social trabalham no dia-a-dia com situações diversas do cotidiano das famílias inseridas no Programa, como baixa escolaridade (pais e/ou responsáveis, crianças e adolescentes), violência de várias ordens, advindas das desigualdades

econômicas e sociais no contexto familiar. Para atender a demanda atendida pelo Programa, a assistente social juntamente com as estagiárias de Serviço Social deve se basear no Código de Ética Profissional que prevêem direitos e deveres que circunscrevem um amplo leque de necessidades e exigências individuais frente às demandas coletivas.

1.1.2 As Políticas Sociais de enfoque assistencialistas voltadas à família

Historicamente, a família é entendida como o espaço de harmonia e da segurança para os seus indivíduos. Porém, sabe-se que não há um padrão ideal de família e que ela vive em constantes transformações, sejam elas influenciadas pelo meio interno e externo e por isso, não há um único modelo de família.

Dessa forma,

a compreensão sobre os impasses e dilemas que implicam movimento, conflito, confronto, mudança e transformação nas formas de vida em família, é processo inerente à vida humano-social neste momento histórico. Não significa uma crise que ameaça a vida em família, mas modifica os arranjos e as relações neste espaço. Implica ainda, desconstruir a concepção de família “dada” naturalmente, como genérica para toda e qualquer sociedade e/ou segmento social (RIBEIRO, 1999, p. 14).

Devido às constantes transformações no núcleo familiar e a sua principal função socializadora do ser em desenvolvimento, a família é alvo constante de discussões e reconhecimentos relacionados aos seus direitos e deveres, proporcionando as mesmas muitas conquistas.

Em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo XVI declara que a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e que tem direito à proteção da sociedade e do Estado. A Constituição Federal do Brasil de 1988 também declara especificamente em seu artigo 226 que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado.

Com a finalidade de proteger todos os cidadãos de maneira isolada ou em conjunto a Constituição teve um avanço significativo no campo da assistência social, que em seu artigo

194 torna a Seguridade Social⁵ como um direito de todos os cidadãos, sendo os mesmos contribuintes ou não. Assim na Constituição é previsto que

a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à Previdência Social e à assistência social. (1988)

É importante lembrar que anterior à última Constituição Federal (1988) eram assegurados somente os cidadãos que contribuíssem com a Previdência Social através das taxas cobradas e descontos de salários realizados na folha de pagamento.

Sendo assim, os legisladores entenderam

que não era possível castigar duplamente o cidadão brasileiro, homens e mulheres, que não possuem carteira de trabalho ou por estarem desempregados, não contribuía para o sistema de seguro e, portanto, lhes era negado além do direito ao trabalho os outros direitos fundamentais de cidadania (JORGE, 1994, p. 51).

Embora sejam assegurados constitucionalmente os direitos da família, diariamente se pode constatar que eles não têm sido respeitados, perdendo-se assim o seu caráter universalizador.

O Estado deve intervir nas necessidades básicas dos indivíduos quando necessário, principalmente em seu contexto familiar, porém, este vem mantendo uma política neoliberal, formando fortes vínculos com a prática assistencialista voltada ao voluntariado, ou seja, presta serviços que não trabalham com a perspectiva emancipatória, tornando os usuários dependentes dessas práticas.

Sob essa ótica da dependência, o Estado aliado à burguesia capitalista vem exercendo um papel regulador no que diz respeito aos direitos básicos da população desfavorecida.

Nas palavras de Pereira (2000, p. 126), a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania, durante regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras.

⁵ Conforme Araújo, o moderno sistema de seguridade social surgiu na Europa na metade deste século e foi sintetizado na Convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1952. Diz o texto dessa Convenção: "Seguridade Social é a proteção que a sociedade proporciona aos seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência, como consequência da enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice, morte e também a proteção em forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos" (1998, p. 131).

No que concerne às questões econômicas, políticas e sociais são influenciadas pelas práticas neoliberais tendo como perspectiva o crescimento econômico do país e tornado o Estado cada vez mais limitador na área social, ou seja, voltando-se aos interesses privados.

Sobre as políticas sociais, até 1985, elas funcionaram como uma “espécie de “cortina de fumaça” para encobrir as verdadeiras intenções de um regime que relutava em sair de cena, tornando mais fugaz a pretensão de ao menos criar aquele mínimo de bem-estar alcançado pelas democracias liberais-burguesas”. (PEREIRA, 2000, p. 138).

Contudo, a década de 90 foi um período em que houve melhorias nos direitos individuais e, conseqüentemente, essas mudanças intervíram no núcleo familiar. Assim, em 13 de julho de 1990 foi aprovada a Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que prioriza a toda criança e adolescente⁶ o direito a serem criados e educados no seio da sua família, independente de serem filhos biológicos ou não, enfim, priorizando a convivência familiar e comunitária do ser em formação.

Para que todas as crianças e adolescentes tenham os seus direitos garantidos, o ECA prevê em seu artigo 98 medidas de proteção que devem ser aplicadas sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados, sejam eles:

- I – por ação ou omissão da sociedade e do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III – em razão de sua conduta.

Assim, quando verificada qualquer dessas hipóteses, o artigo 101 do ECA prevê que a autoridade competente poderá determinar as seguintes medidas de proteção:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
 - II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
 - III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de Ensino Fundamental;
 - IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
 - V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
 - VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
 - VII – abrigo em entidade;
 - VIII – colocação em família substituta.
- Parágrafo Único. O abrigo é medida provisória excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

⁶ Conforme o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

O Estatuto proporcionou a uma parcela da população a consciência de que crianças e adolescentes necessitam de proteção integral e que as medidas de proteção devem ser aplicadas conforme a idade do cidadão, fato este minimamente reconhecido antigamente. Isto porque, o Estatuto é muito discutido entre a população, principalmente no que diz respeito à redução idade penal do adolescente estabelecida na lei.

Porém, o ECA não tem sido suficiente para atender a crescente demanda, isso acontece por diversos motivos, dentre os quais se pode destacar que primeiramente não há investimento eficaz do Estado nas políticas voltadas para crianças e adolescentes, o repasse de verba é limitado, dificultando que eles tenham acesso aos seus direitos. A questão da educação é outro fator que dificulta para que tenham um futuro melhor que o de seus pais, porque a rede pública de ensino enfrenta muitas dificuldades, como a falta de creches, de pré-escolas e de escolas de Ensino Médio no período noturno, o pagamento de funcionários, professores qualificados profissionalmente, entre outros.

Assim, os direitos dos cidadãos (crianças, adolescentes e adultos) vêm sendo constantemente desrespeitados desde a mais tenra idade, sob a perspectiva dos direitos aos quais deveriam ter acesso, como: educação, saúde, lazer, infra-estrutura habitacional. As diretrizes gerais da assistência social estabelecidas na Constituição foram esmiuçadas através da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742) que foi aprovada em 07 de dezembro de 1993. A LOAS propõe uma nova forma de agir na área da política de assistência social do Brasil, devendo garantir ao cidadão a inserção, prevenção, promoção e proteção.

Em contrapartida, as tendências neoliberais trouxeram conseqüências desastrosas para a área social. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) especificamente no seu primeiro mandato (1995/1999) foi priorizada a estabilidade da política monetária e o controle da inflação, porém, houve o descuido na área social. O governo teve como alvo principal a redução e participação do Estado nas atividades econômicas e desregulamentação do Estado. Conseqüentemente, o Estado deixa de ser o provedor social e cede lugar ao mercado nas funções empresariais e dessa forma,

o resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional, em contexto da globalização onde há ampla prevalência do capital financeiro (IAMAMOTO, 1999, p. 118).

O Brasil é um dos países com alto índice de desigualdades sociais, sendo que o cidadão está à mercê das piores remunerações empresariais, não há investimento na educação

e na qualificação de profissionais, entre outros fatores que tornam o cidadão como alvo dos mínimos sociais.

Esse período se caracterizou também pela retomada da matriz da solidariedade, incentivando ações voltadas ao voluntariado, passando para a iniciativa privada a responsabilidade dos programas sociais, na tentativa de afastar o Estado de sua responsabilidade.

Conforme Couto (2004, p.154), as respostas governamentais às demandas da população foram apresentadas por meio de programas fragmentados, assistemáticos e seletivos, como o do leite de José Sarney; o da participação comunitária, de Collor de Melo, e a da Comunidade Solidária, de Fernando Henrique Cardoso. Repetiam-se, assim, programas de forte apelo popular, de cunho pontual, buscando sempre a legitimidade junto à população mais pobre, segmento destinatário dos mesmos.

O contexto político e social do brasileiro ainda é vinculado a uma cultura clientelista e conservadora no que diz respeito aos direitos sociais e como consequência dessa cultura a população não tem acesso aos serviços de boa qualidade. Os atendimentos realizados nos programas assistenciais existentes trabalham na perspectiva do usuário-problema, porque ele não é reconhecido como um ser que está inserido em um contexto sócio-familiar. O usuário-problema é atendido isoladamente, porque os programas muitas vezes são destinados à criança, ao adolescente, a mulher, ao idoso, ou seja, há uma fragmentação no atendimento e consequentemente na intervenção profissional.

Assim, à medida que a ação profissional se volta para o problema individual,

a tendência é exigir das famílias determinadas mudanças. Dado o comprometimento da estrutura familiar, o grupo não tem condições de efetuar as mudanças. Além disso, tais exigências podem sobrecarregar ainda mais a dinâmica familiar. Nesses casos a intervenção profissional pode se transformar em mais uma fonte de estresse familiar (MIOTO, 1997, p. 125).

Por estarem concentrados nos problemas individuais, os serviços públicos disponíveis não conseguem atingir muitas vezes a questão principal do problema, sejam eles de ordem econômica ou afetiva. Independentemente dos laços consangüíneos, aliança e/ou afinidade, a família é o espaço por excelência para a formação da pessoa humana. Os programas voltados aos indivíduos devem dar importância ao contexto familiar em que os usuários estão inseridos e considerar que cada grupo familiar tem suas crenças religiosas, tabus, valores e são alvos de constantes transformações.

A família é a instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual esta inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo. Esta percepção leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual se descarta a idéia dos modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro (MIOTO 1997, p. 128).

Embora haja transformações com relação à estrutura funcional dos programas públicos, muitas ainda são de ordem focalista, seletista e ainda reproduzem a desigualdade social como é o caso dos programas de transferência de renda que não trabalham com a perspectiva da emancipação do usuário. Todos eles atuam sobre efeitos e não sobre as causas geradoras da pobreza e da exclusão. Mesmo porque não podemos generalizar que somente os programas de transferência de renda é que tem a capacidade de emancipar o indivíduo, muito pelo contrário, sabemos que há muitas dificuldades para que esta emancipação aconteça. Assim, entendemos que as políticas voltadas as famílias socialmente vulneráveis devam possibilitar aos profissionais uma atuação interdisciplinar, com recursos humanos e materiais adequadamente disponíveis.

Por outro lado, há uma emergência na sobrevivência dos usuários, mesmo porque muitos não recebem auxílio algum desses programas encontrar-se-iam em situações piores.

A implantação do SUAS se compromete com a cobertura na perspectiva da universalidade e qualidade dos resultados, integrando a União com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. E assim, as ações e iniciativas de atendimento à população carente passam a operar numa política pública de Estado, deixando o campo do voluntariado.

Contudo, a Política Nacional de Assistência Social

leva a uma rápida constatação: a disponibilidade e o anseio dos atores sociais em efetivá-la como política pública de Estado, definida em Lei. Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social como clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade (2004, p. 07).

A assistência social após a consolidação do SUAS recebe o estatuto de política pública, visando um atendimento universalizado. Os indivíduos ou as famílias que encontrarem-se em situações vulneráveis, seja de risco pessoal ou social, como violência sexual, maus tratos físicos ou psicológicos, situação de rua ou trabalho precoce, ocorrência de

abandono, entre outros, terão acesso aos serviços de proteção social, que devem garantir segurança de sobrevivência (garantindo a todos que tenham uma forma monetária para a sua auto-subsistência), de acolhida inicialmente opera na provisão de necessidades humanas, primeiramente com o direito a alimentação, vestuário, abrigo e finalmente ao convívio ou vivência familiar (supõe-se não aceitar situações de reclusão, de situações de perda das relações).

Conforme a versão oficial da Política Nacional da Assistência Social (2004, p. 32), a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.

Na atual perspectiva de Proteção Social, o PETI, juntamente com o Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, está situado na Proteção Social de Média Complexidade⁷, porque deve “priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias para as novas modalidades de atendimento” (Política Nacional de Assistência Social 2004, p.38). Assim, a proteção especial de média complexidade se difere da proteção social básica por se tratar de dirigir o atendimento às situações de violação de direitos.

A proteção social de média complexidade envolve o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que presta prioritariamente atendimento a crianças e adolescentes e suas famílias quando estiverem em situações de risco, ou seja, vítimas de violência (física, psicológica, sexual e negligência), em situação de trabalho precoce ou quando crianças e adolescentes estejam sob “medida proteção” ou “medida pertinente aos pais ou responsáveis” e finalmente adolescentes e jovens após o cumprimento de medida sócio-educativa privada de liberdade e quando necessário dá suporte a reinserção sócio-familiar.

Conforme o site do MDS⁸, o CREAS articula os serviços de média complexidade e opera a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direito, prestando diretamente os seguintes serviços: Serviço de

⁷ São considerados serviços de proteção social de média complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/servicos-e-usuarios>> Acesso em: 17 nov. 2006.

⁸ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/rede-suas/protecao-social-especial/centros-de-referencia-especial>> Acesso em :17 de nov. 2006.

Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus Direitos Violados e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

No decorrer do estágio curricular realizado no período de outubro de 2005 à dezembro de 2006 no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, pode-se observar e identificar que, nas reuniões e recadastramentos realizados pela equipe técnica do Programa, nas comunidades e/ou bairros atendidos pelo mesmo no período de outubro à dezembro de 2005, houve uma significativa participação das mulheres (genitoras, avós e/ou tias) das crianças e/ou adolescentes inseridos no programa e uma participação masculina praticamente ausente. Importante ressaltar que até julho de 2006, dos 321 pais e/ou responsáveis pelo recebimento da bolsa do Programa, a maioria é também do sexo feminino, totalizando 307 mulheres e 14 homens. Conforme o site do MDS, o cartão do PBF está presente em 8,8 milhões de lares pobres é entregue prioritariamente à mulher, que representa 95% da titularidade do mesmo.

Sob esta ótica, Miotto (1997, p.119) descreve as características familiares a partir dos anos 90 com um significativo aumento das famílias chefiadas por mulheres e o aumento de famílias recompostas (como consequência do aumento das separações e divórcios dos últimos anos). Essas características apontadas pela autora podem ser confirmadas nos cadastros familiares juntamente com os relatos de atendimentos descritos pela equipe técnica.

Em decorrência do significativo número de mulheres como responsáveis pelo recebimento da bolsa PETI, faz-se uma pesquisa documental com o objetivo de descobrir o perfil das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis, cujos (as) os (as) filhos (as), netos (as) e/ou sobrinhos (as) estão inseridos (as) no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

2 CONHECENDO AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA RESIDENTES NA REGIÃO SUL DE FLORIANÓPOLIS CUJOS (AS) FILHOS (AS), NETOS (AS) E SOBRINHOS (AS) ESTÃO INSERIDOS NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Devido ao significativo número de mulheres responsáveis pelo recebimento da bolsa PETI, propõe-se realizar uma pesquisa documental com o objetivo de conhecer o perfil das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis, cujos (as) os (as) filhos (as), netos (as) e/ou sobrinhos (as) estão inseridos (as) no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, para em seguida aprofundar o conhecimento sobre a realidade dessas mulheres, entrevistando-as.

A pesquisa documental utiliza

materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número (GIL, 1999, p. 66).

Através da pesquisa documental foram levantados os dados dos cadastros das famílias, como o número de famílias residentes na região sul e atendidas pelo PETI e o número de famílias chefiadas por mulheres e formulados os gráficos necessários que posteriormente serão analisados. A partir dessa identificação, levantam-se os demais dados (naturalidade, faixa etária, grau de instrução, atividade profissional, renda, número de bolsas recebidas pelo Programa, como também o número dos seus dependentes, faixa etária e grau de instrução).

O Cadastro Familiar (ANEXO A) é o instrumento de trabalho em que são registrados todos os dados familiares e relatados os atendimentos realizados. Assim, o Cadastro Familiar proporciona a equipe conhecimentos estatísticos quando necessário e também o histórico dos atendimentos realizados pelo PETI e por outros programas. Nesse sentido, também se constatou a necessidade de conhecer o cotidiano das mulheres chefes de família e suas necessidades, para que o Programa obtenha subsídios importantes e futuramente proponha e execute políticas voltadas para a transformação dessa realidade.

Desse modo, optou-se ampliar o conhecimento deste estudo realizando uma pesquisa qualitativa que

responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Acredita-se que a pesquisa quantitativa e a qualitativa se complementam para uma melhor identificação dos usuários, visto que são realizados diariamente projetos voltados a eles e “o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22).

As entrevistas realizadas seguiram um “roteiro semi-estruturado” (APÊNDICE A) combinando com questões abertas, buscando-se assim, obter dados contidos na fala dos sujeitos sociais. As perguntas foram previamente formuladas com o objetivo de proporcionar ao entrevistador uma direção ao tema proposto.

Pode se definir entrevista

como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999, p. 117).

A realização da entrevista foi de forma individual, tendo como objetivo proporcionar as mulheres, sujeitos da pesquisa, um grau maior de privacidade no que diz respeito às suas vidas. Assim, combinaram-se técnicas de entrevista e de observação participante para a realização deste trabalho. Foram 16 (dezesesseis) mulheres chefes de família que participaram das entrevistas em que 14 (quatorze) foram gravadas e posteriormente transcritas e duas (02) apresentaram problemas durante a gravação. Porém, as anotações realizadas impediram que o conteúdo das entrevistas fosse prejudicado.

Sendo assim, das 25 (vinte e cinco) mulheres chefes de famílias cadastradas junto ao PETI e residentes na região sul de Florianópolis, 16 (dezesesseis) delas participaram das entrevistas. Inicialmente foram realizados contatos telefônicos com elas, que aceitaram o convite imediatamente. Por fim, na sede do Programa foram realizadas 13 (treze) entrevistas e apenas 03 (três) através de visitas domiciliares previamente comunicadas, tendo-se a

oportunidade de realizar observação participante no local em que vivem. É importante lembrar que muitas delas saíram de suas residências, se locomoveram até a sede do Programa e pagaram a sua própria condução para contribuir com a pesquisa. Contudo, entendemos que o fato das mulheres serem entrevistadas na sede do Programa (embora de forma isolada – entrevistadora e entrevistada), poderia influenciar em suas respostas, visto que a permanência destas famílias no Programa dá-se através de critérios exigidos pelo mesmo. Assim, primeiramente explicamos que as entrevistas em hipótese alguma afetariam a inserção de seus filhos no PETI e sendo assim, a pesquisadora durante a realização das entrevistas informou diversas vezes que naquele momento não estava trabalhando como estagiária do Programa e sim como acadêmica do curso de Serviço Social que precisava fazer um trabalho acadêmico para concluir o curso.

No entanto, 09 (nove) mulheres chefes de família não puderam ser entrevistadas, sendo que 02 (duas) delas aceitaram o convite, porém os horários eram incompatíveis de ambas as partes (entrevistador e entrevistada); 01 (uma) aceitou o convite, marcou horário e no dia marcado não compareceu; com as outras 05 (cinco) não foi possível o contato telefônico nem encontrá-las em suas residências. Apenas 01 (uma) mulher não aceitou participar da entrevista, alegou que já estava com 69 anos e que não entendia muito dessas coisas, conforme ela: *“tô velha demais pra isso minha filha, mas agradeço por ter lembrado de mim”*.

É importante informar que a identidade das entrevistadas foi preservada, sendo assim, explicou-se que elas seriam identificadas nas entrevistas da seguinte forma: Mulher 1, Mulher 2, Mulher 10 e que para uma melhor clareza neste trabalho serão identificadas como M 1, M 2, M 10.

Durante o processo de pesquisa, defrontamos várias vezes com a dimensão subjetiva das relações entre pesquisador e usuário. Antes mesmo de serem mulheres chefes de família, as mesmas são seres humanos que como qualquer outro tem sentimentos, crenças, valores, costumes, necessidades, entre outros. Diariamente o assistente social realiza visitas domiciliares nas residências de nossos usuários e volta com informações referentes às condições de moradia, número de pessoas que vivem na casa, valor da renda, mas em alguns casos volta com pouca ou nenhuma informação sobre o modo de vida dessas pessoas, como vivem a sua vida, suas experiências sociais e o significado que atribuem a isso.

O assistente social tem uma riqueza na sua prática profissional porque o usuário atendido tem um contexto econômico, político, cultural e social que necessita ser desvendado para a realização de uma adequada intervenção posterior.

Segundo Martinelli (1999, p. 14), se o assistente social tem uma prática que transita entre demandas, carências e necessidades, só pode conhecê-las, identificá-las, à medida que esteja realmente escutando o que o outro tem a lhe dizer, e não apenas trabalhando com indicadores, com tabelas, com índices, com referenciais teóricos que a Universidade lhe fornece.

É na perspectiva da qualidade de atendimento ao usuário dos programas assistenciais existentes, especificamente o PETI que optamos por conhecer as mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis, como veremos a seguir.

2.2 CONHECENDO AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA QUE PARTICIPARAM DA ENTREVISTA

Até julho de 2006, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atendeu 62 famílias residentes na região sul da grande Florianópolis/SC, situando-se o número de famílias atendidas nos seguintes bairros: Areias do Campeche (22), Armação (03), Caieira do Saco dos Limões (10), Costeira do Pirajubaé (16), Pântano do Sul (01), Rio Tavares (03), Tapera (06) e Sertão do Ribeirão (01). Apresenta-se a caracterização das famílias quanto a sua composição.

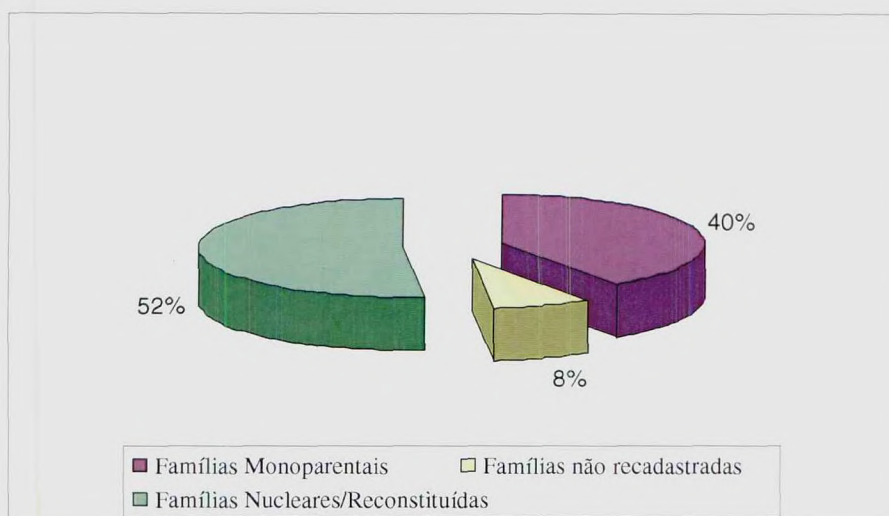


Gráfico 1 – Famílias residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

Observa-se no gráfico nº 1 que das 62 (sessenta e duas) famílias cadastradas no Programa, 52%, 32 (trinta e duas) são famílias que variam entre modelos nucleares

(compostas por pai, mãe e filhos) e também reconstituídas (casam, separam e se casam novamente). No entanto, 40%, 25 (vinte e cinco) são famílias monoparentais (compostas por um cônjuge e filhos), especificamente chefiadas por mulheres, sendo as mães, avós e/ou tias provedoras pela subsistência familiar. Não há informação de 8%, 5 (cinco) das famílias residentes na região sul de Florianópolis/SC, pois elas não fizeram o recadastramento realizado pelo Programa no período de outubro a dezembro de 2005, que teve como objetivo ter acesso as informações cadastrais da família (número de R.G., CPF, comprovante de residência, atestado de frequência escolar, telefones para contato, certidão de nascimento de todos que residem na mesma casa, etc.) e, conseqüentemente, ter maior contato profissional com as mesmas. Porém, já foram realizadas várias tentativas de encontrar essas famílias para que atualizem seus dados, como: contatos com escolas, projetos, vizinhança, entre outros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁹ (IBGE) divulgou recentemente que em pesquisa realizada em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, sendo constatado que 2,7 milhões de trabalhadoras eram mulheres chefes de família e que esse percentual de 2002 a 2006 teve um significativo crescimento de 20,9% até agosto 2006.

Conceitualmente, a expressão mulheres chefes de família tem sido aplicada às situações onde famílias e/ou domicílio são liderados por mulheres sozinhas, onde o parceiro está ausente (viúvas, separadas, divorciadas) com dependentes, mulheres solteiras que sustentam ou são provedoras da casa. Podem ser incluídas as mulheres que possuem cônjuge estável, mas que provém o sustento da casa porque este está desempregado, enfermo, inválido, etc. Portanto, “chefia feminina” emerge uma categoria de um padrão considerado dominante, a chafia masculina (Carvalho, 2001).

Na compreensão de Carvalho (1998), famílias e domicílios chefiados por mulheres constituem atualmente uma tendência que extrapola fronteiras geográficas e classes sociais, mas seguramente também é condicionada por situações regionais e possui manifestações específicas que, embora dentro de um mesmo país, determinam e diferenciam entre grupos de famílias e domicílios quanto ao seu grau de vulnerabilidade e a sua incidência.

No gráfico nº 2 podemos identificar a naturalidade das mulheres que chefiam as famílias que são cadastradas no PETI da região sul de Florianópolis.

⁹ Disponível em: http://www.ibge.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/trabalha_mulher_responsavel.pdf. Acesso em: 05 out. 2006.

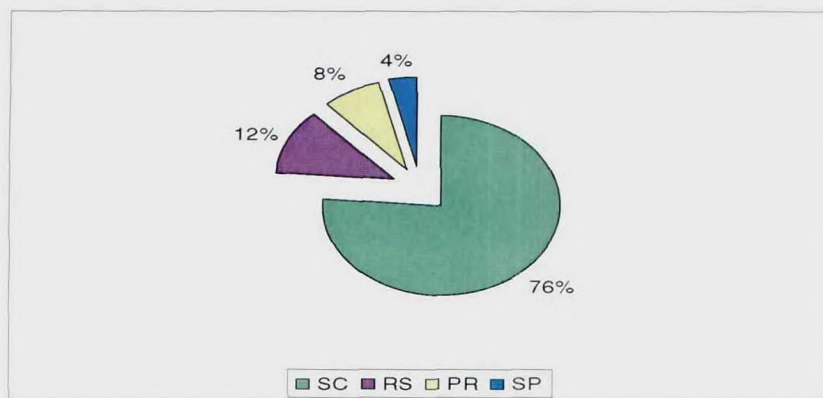


Gráfico 2 – Naturalidade das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho de 2006.

Complementa-se que o índice de migração é um fator notório, mesmo porque muitas pessoas saem do meio rural e vão para a cidade na busca por melhores condições de vida. Na região da grande Florianópolis, dos 76%, 19 (dezenove) mulheres chefes de família cadastradas no PETI, 07 (sete) delas são naturais na capital e as outras 12 (doze) mulheres migraram de diversas regiões do Estado de Santa Catarina, sendo que 06 (seis) mães e/ou responsáveis são naturais do Oeste (Joaçaba, Chapecó, Dionísio Cerqueira, e Seara), 02 (duas) são do Vale do Itajaí (Itajaí e Ituporanga), 02 (duas) do Planalto Serrano (Lages), 01 (uma) do Norte (Papanduva) e 01 (uma) da região Sul (Imaruí).

O gráfico n° 2 ainda demonstra que há migrações realizadas pelas mulheres chefes de família fora do Estado de Santa Catarina, como 12%, 03 (três) são naturalizadas no Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Santo Angelo e Três Passos), 8%, 02 (duas) no Paraná (Paranaguá e Pato Branco) e 4%, 01 (uma) é natural de São Paulo.

Esse fato pode ser decorrente de muitas pessoas acreditarem que a cidade de Florianópolis/SC tem oportunidades de empregos para todos. Mesmo porque Florianópolis é uma cidade turística e tem um significativo faturamento no período de verão quando o movimento de turistas é maior na cidade. Assim, as famílias vêm para a capital muitas vezes a procura de melhores condições de vida, e conseqüentemente deparam-se com muitas dificuldades, como o desemprego, péssimas condições de vida (educação, saúde, habitação, entre outras).

A mídia em geral transmite que Florianópolis é uma cidade que fornece qualidade de vida aos seus habitantes, porém, não informa as condições necessárias que os mesmos devem possuir para obter esta situação. Assim, as pessoas muitas vezes criam sonhos em vir morar na capital de Santa Catarina para conseguir uma vida melhor, em comparação à que viviam

em sua cidade natal. Esse fato é constatado recentemente pela Coordenadora do NAF¹⁰ (Núcleo de Apoio à Família Rodoviária) Leyla Franzoni, em uma entrevista ao Diário Catarinense diz: *“a maioria das pessoas que chegam atrás de emprego na Capital se depara com uma realidade diferente da imaginada”*.

Apesar das dificuldades encontradas na Capital pelas mulheres migrantes, Florianópolis é o local em que existem oportunidades de emprego e os mesmos são bem remunerados quando comparados a sua cidade de origem. Fato esse evidente nas respostas trazidas pelas mulheres chefes de família:

M 3: *“Ah, os meus gurus queriam trabalhar aqui, por causa que eu também ganhava mais”*.

M 6: *“Vim pra trabalhar”*.

M 7: *“Que Chapecó a gente passava fome. É bem horrível mesmo! Aqui se paga melhor e é tanto que toda a minha família venho”*.

M 11: *“Faz seis anos que eu vim prá cá, a procura de emprego melhor. Lá é pior que aqui, aqui é melhor”*.

M 15: *“Moro aqui a 32 anos e vim pra cá pra trabalhar”*.

Conseguir uma ocupação remunerada, porém, não garante o acesso à moradia de qualidade e infra-estrutura. Constatamos através de realização de visitas domiciliares nos bairros em que residem à população de baixa renda que a infra-estrutura local é muito precária, a maioria das casas não tem reboco ou são de madeira, não tem pintura, nem sempre há rede de luz na rua, as estradas são de terra, os detritos correm a céu aberto, falta de água, entre outros problemas.

Com relação à infra-estrutura atual da cidade, identificamos que a cidade de Florianópolis não acompanhou seu crescimento demográfico, conseqüentemente as famílias de baixa renda são limitadas ao acesso dos serviços básicos de moradia.

A distribuição da população numa cidade nasce e se desenvolve sem qualquer planejamento, reflete a distribuição desigual de bens e oportunidades nesta cidade. Isto é, quanto mais graves e maiores os contrastes entre as áreas ricas e pobres, entre os bairros dotados de serviços e os em qualquer atendimento. (PIRES, 1984, p. 24).

¹⁰ No ano passado mais de 1,5 mil “aventureiros” foram “recambiados” para as suas cidades de origem através do Programa mantido pelo Núcleo de Apoio à Família Rodoviária (NAF), ligado a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social. Fonte: ZAVARIZE, Estephani. A dura luta por um lugar ao sol. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 14 jan. 2007. p. 30.

A seguir (gráfico nº 3), demonstramos a faixa etária das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI.

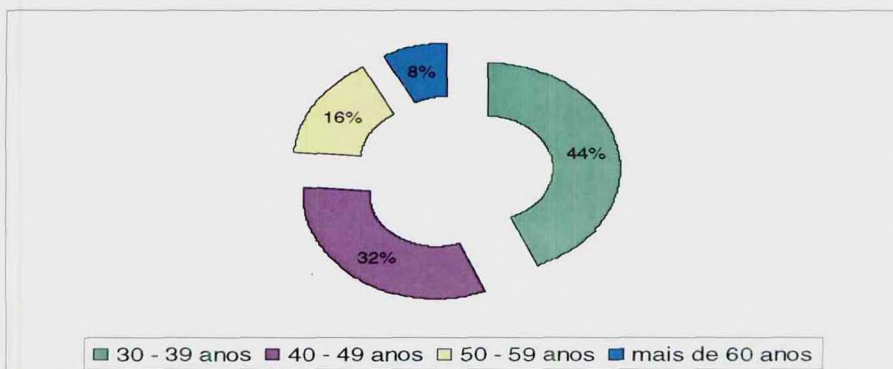


Gráfico 3 – Faixa etária das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

A maioria 44%, 11 (onze) tem idade média entre 30 a 39 anos o que indica que muitas destas mulheres se tornaram mães jovens, porque algumas destas mulheres se uniram com seus namorados precocemente, ou seja, quando ainda eram adolescentes.

M 5: “Eu casei com 15 anos, foi o primeiro namorado que eu namorei e o finado meu pai era muito exigente”.

M 9: “Com 15 anos, foi o primeiro marido... o primeiro homem porque eu era de menor na época”.

M 11: “Foi primeiro namorado e o primeiro casamento”.

M 13: “Eu tava com 15 anos e ele tava com 17 anos, então eram duas crianças que resolveram do nada morar juntos”.

Por meio do gráfico número 3, constatamos um número considerável de mulheres (32%) com faixa etária de 40 a 49 anos, o que demonstra que apesar do nascimento do primeiro filho e dos seus prováveis conhecimentos acerca dos métodos anticoncepcionais (que serão vistos adiante), ainda assim vieram a ter outros filhos. Ainda, podemos perceber que 16%, 04 (quatro) têm idade de 50 a 59 anos e 8%, 02 (duas) mais de 60 anos, dessas 06 (seis) mulheres, 05 (cinco) são avós que sustentam seus netos. Essas avós cuidam de seus netos pelos mais variados fatores que impedem os pais biológicos de criarem seus filhos, como falecimento dos pais, dependência química, falta de interesse dos pais em criar seus filhos,

entre outros. Sendo que, uma das avós entrevistadas (**M 5**) explica que criou cinco filhos e precisou cuidar de seus dois netos, devido ao fato de sua filha e seu genro serem alcoolistas e ambos optaram pelo tratamento, ficando internados num período de um ano e meio. Assim, **M 5** cuidou de seus dois netos neste período, conforme ela: *“Eu tenho 5 filhos só que tudo casado, mora só eu na casa. Estava cuidando de 02 netos, eles (pais) os dois tavam internados. Agora eles já vieram, tão cuidando dos filhos deles”*.

A avó (**M 11**) cria atualmente três netas, sendo duas delas órfãs de mãe e não sabendo quem são os pais destas crianças. Segundo **M 11** sua filha tinha deficiência mental e foi violentada sexualmente, mais tarde foi atropelada vindo a falecer e deixando duas filhas para criar, fato este explicado por ela: *“Foi a morte da minha filha mais velha, o carro matou ela no meio da BR e eu fiquei responsável pelas duas menininhas e eu peguei elas pra mim”*. A terceira neta veio morar com a avó fugida de casa, a adolescente não tem uma relação amigável com o padrasto e a genitora não conseguiu segurar a filha em casa. Segundo **M 11**, a neta diz que não gosta do padrasto e que só volta para sua residência se o mesmo for embora e conforme ela: *“Aquela outra então ela fugiu da casa da mãe e veio morá comigo eu pra não botá na rua juntei também”*. (risos)

O gráfico nº 4 proporciona a verificarmos o grau de instrução das mulheres chefes de família.

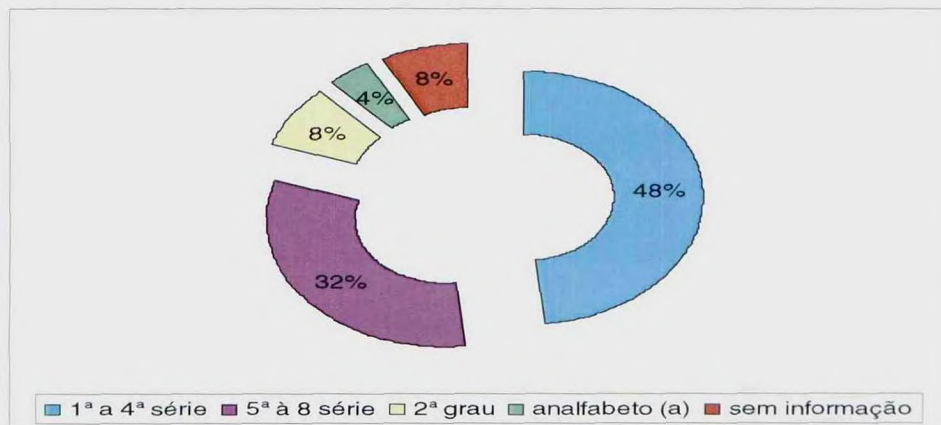


Gráfico 4 – Grau de instrução das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

Observamos no gráfico nº 4 que entre as mulheres chefes de família há um número considerável que cursou até o 1º ano do Ensino Fundamental, percebe-se assim que 48% 12 (doze) mulheres tem instrução educacional até a 4ª série e até a 8ª série 08 (oito). Somente 8% 02 (duas) mulheres completaram o 2º grau completo, 4% 01 (uma) é analfabeta e 8% 02

(duas) não há informação e não se conseguiu contato com a família. As mulheres chefes de família muitas vezes iniciam o trabalho laborativo muito cedo para contribuir no orçamento familiar e como consequência param de estudar para ter acesso a melhores condições de trabalho e remuneração salarial.

No geral, sabe-se que a educação é fundamental para o ingresso do ser humano no mundo. Quem é analfabeto pode ficar dependente de outras pessoas pelo resto da vida para uma série de questões. A baixa escolaridade é um dos fatores que contribuem para a não inserção da mulher no mercado de trabalho, mesmo porque há cada vez mais exigências para nele ingressar, como: nível de escolaridade, qualificação profissional, aparência, entre outras.

No recadastramento realizado até o mês de dezembro/2005, muitas mulheres ao responderem o seu grau de instrução desculpavam-se para as entrevistadoras, expunham que não tiveram condições de estudar porque tiveram que trabalhar cedo e aparentemente sentiam-se envergonhadas com tal situação. Assim, algumas dessas mulheres lamentam-se por não terem tido oportunidade de estudar devido ao fato de trabalharem muito cedo, porém, o que elas não percebem é que fazem com seus filhos o mesmo que os seus pais fizeram com elas. Esse fato é notório, devido à inserção dessas famílias no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (precoce) e que no decorrer do estágio se percebeu o quanto é difícil fazer com que essas mulheres entendam que seus filhos têm o direito de ter uma infância saudável para o seu desenvolvimento. Contudo, estas mulheres não devem ser julgadas por seus atos, mesmo porque na situação de vulnerabilidades em que se encontram não podemos e nem devemos esperar delas mais do que o possível. Isto porque o sistema público não fornece serviços voltados para uma cidadania plena no que diz respeito ao reconhecimento de seus direitos. Considerando o grau de vulnerabilidades em que estas mulheres convivem diariamente, como falta de creches, desemprego, conflitos familiares, saúde, alimentação, entre outros, elas demonstram um certo grau de incapacidade e até mesmo de dificuldade em impor regras que são consideradas necessárias para o desenvolvimento de um adulto sadio.

Diariamente a Equipe técnica do PETI conversa com estas responsáveis na tentativa de convencê-las de que o trabalho precoce atrapalha os estudos da criança e do adolescente, que futuramente eles não terão condições de conseguir um bom emprego e melhores remunerações salariais. Enfatiza-se que só com o estudo é que seus filhos terão condições de modificar suas vidas e não sofrerem como elas (mães) sofrem atualmente, como demonstra **M 12**: *“Comecei a trabalhar com 13, 14 anos... aí trabalhei de faxineira, doméstica, trabalhei em firmas... e agora tá difícil, né. A gente tem 44 anos e as firmas já não aceitam mais e não tem jeito só arrumando faxina ou outra coisa quando tem, né.”*

Também não se pode desconsiderar o fator cultural, pois o paternalismo ainda é um fator operante em nossa sociedade. As mulheres com mais de 40 anos relatam que seus pais foram pessoas muito rígidas com relação a sua educação, diferenciando a educação de meninos e meninas, ou seja, para muitas mulheres bastava apenas que elas aprendessem as tarefas domésticas para quando casassem fossem uma boa esposa e mãe de família, conforme a seguinte entrevistada: **M 14**: “Minha avó era muito enérgica nesse ponto. Como ela dizia pra casar tem que saber bordar, cozinhar, arrumar a casa, lavar a roupa, essa coisa toda”.

A seguir no gráfico nº 5, apresentamos as atividades exercidas pelas mulheres chefes de família e percebemos que as atividades exercidas não se diferenciam muito uma das outras, principalmente no que diz respeito ao mercado informal.

2.2.1 Ocupações remuneradas e renda familiar das mulheres chefes de família

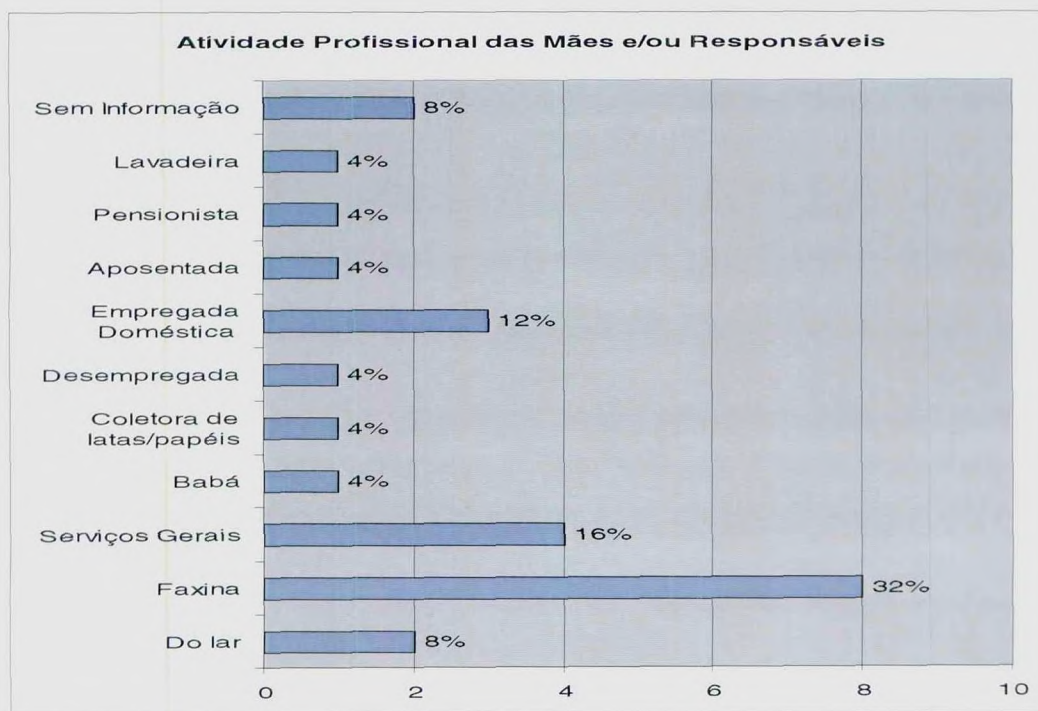


Gráfico 5 – Atividade profissional das mulheres chefes de família, residentes na região sul e cadastradas no PETI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

No gráfico nº 5 percebemos que há um número significativo de mulheres 32 %, 08 (oito) exercem a função de faxineiras, 16%, 04 (quatro) fazem serviços gerais e 12%, 03 (três) são empregadas domésticas, 8%, 02 (duas) são do lar e os sobre os outros 8%, duas (02) não

há informação. O restante das mulheres, 24% subdividem-se entre: lavadeira, pensionista, aposentada, coletora de papéis, babá e desempregada.

Há um índice significativo de mulheres chefes de família que exercem a função de domésticas 52%, 13 (treze) e conforme o IBGE são pessoas que trabalham prestando serviço doméstico (empregada doméstica, faxineira, diarista, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, arrumadeira, acompanhante de idoso e/ou doente, entre outros) remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

Conforme o IBGE¹¹

nos últimos 5 anos, a participação desta atividade no trabalho feminino não sofreu alterações muito significativas: em março de 2002 as trabalhadoras domésticas respondiam por 17,4% do total de mulheres inseridas como ocupadas no mercado de trabalho passando para 16,9% em março de 2003, 17,1% em março de 2004, 17,3% no mesmo mês e chegando a 17,5% em março de 2006.

É importante destacar que o número de mulheres com carteira assinada é mínimo, sendo que das 25 (vinte e cinco) mulheres chefes de família, 14 (catorze) estão desempregadas e/ou trabalham no mercado informal. Esse número pode estar relacionado aos mais variados motivos, como o baixo grau de escolaridade, mínima qualificação profissional (a grande maioria estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental), os cuidados com a aparência (o acesso a serviços odontológicos gratuitos é limitado, não conseguem vestir-se bem devido a baixa renda, não possuem uma alimentação balanceada, entre outros), o número de mulheres que exercem atividades domésticas e que particularmente mantém um vínculo com o empregador que consiste geralmente em uma pessoa física (tendo como consequência a impressão de fazer parte da família), pois está diretamente voltada para os cuidados da família e dos afazeres domésticos e por fim, colocando como trabalho próprio da mulher, não fazendo sentido que a mesma cobre pelo que lhe é “herdado por instinto”. Nos últimos anos o empregado doméstico¹² tem sofrido alterações significativas na legislação trabalhista, conforme o site Doméstica Legal, ele tem as seguintes garantias:

¹¹ Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/perfil_trabalha_domesticos.pdf. Acesso em: 05 out. 2006.

¹² Conforme a Lei 5.859 de 11/12/1972, são considerados como empregados domésticos: cozinheiro, governanta, babá, lavadeiras, motorista particular, enfermeira do lar, jardineiro, copeiro e caseiro (quando o sítio ou local do

- carteira de trabalho devidamente assinada;
- receber mensalmente pelo menos 1 (um) salário mínimo (de acordo com a Constituição Federal de 1988);
- irredutibilidade salarial;
- gozo de férias anuais passaram a ser de 30 dias corridos, em vez de 20 (vinte) dias úteis;
- estabilidade no emprego até o quinto mês após o parto, a partir da Lei 11.324 de 19/07/2006;
- 13º salário com base na remuneração (fração igual ou superior a 15 dias trabalhados);
- repouso semanal remunerado (preferencialmente aos domingos);
- aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias para a parte que rescindir o contrato, sem justo motivo;
- salário maternidade sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 (cento e vinte dias pagos pelo INSS);
- licença paternidade (5 dias).

Por outro lado, os empregados domésticos têm menos direitos que um trabalhador comum, porque a lei não garante ao empregado doméstico as horas extras, jornada de trabalho fixa, seguro-desemprego, salário-família, Programa de Integração Social (PIS) e, além disto, o empregador pode contratar sem conceder Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Como se pode perceber a lei não garante metade dos direitos que constam na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em se tratando das mulheres chefes de família pesquisadas neste trabalho, pode-se perceber que elas futuramente podem não ter acesso ao direito à aposentadoria por tempo de serviço. É fundamental destacar que muitas dessas mulheres iniciaram o trabalho laborativo precocemente, porém, elas trabalharam e até mesmo continuam trabalhando na informalidade, dificultando seu acesso à aposentadoria e outros benefícios da Previdência Social. Sendo assim, há alguns casos em que as mulheres chefes de família já deveriam ser beneficiadas por este direito, mas há dificuldade e até mesmo impossibilidade de comprovar o tempo de serviço trabalhado. Em última análise, constata-se que se essas mulheres pararem de trabalhar, elas e suas famílias não terão condições de suprir necessidades básicas e diárias, considerando-se que as mulheres chefes de família têm uma renda baixa, como veremos no gráfico número 6 (página 39).

Embora as leis existentes no Brasil garantam a universalidade de cobertura no campo da assistência social, integrando a Seguridade Social ao lado da Saúde e da Previdência Social, e que essas leis “devem ser desenvolvidas no sentido de prevenir e superar as diferentes formas de exclusão social, garantindo os padrões de cidadania às parcelas

desprotegidas e excluídas da população” (MARTINS e PAIVA 2003, p.50), na realidade a maioria da população é constantemente negligenciada e não tem acesso aos direitos estabelecidos legalmente de forma devida.

Da mesma forma que diferentes propostas políticas trazem em seu bojo representações de interesses, a Política de Assistência Social também não está resguardada dessa lógica. Conseqüentemente, sua formulação e desenvolvimento são resultado de embates políticos que levam em conta a contradição das forças sociais no mundo capitalista, nem sempre vindo ao encontro dos interesses e necessidades da população. Questão essa percebida no texto formulado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) sobre as propostas políticas que em sua elaboração

(...) concorreram e digladiaram interesses opostos que, em alguns momentos, exigiram negociações estratégicas e, em outros, ficaram resistências que foram vencidas por quem tinha recursos de poder (PEREIRA, 1998, p. 24).

A Política de Assistência Social tem esbarrado em vários itens da Constituição Federal, na medida em que os direitos de cidadania se defrontam com poderosos obstáculos. Um deles é o que prevê a LOAS, o estabelecimento de mínimos sociais e em contrapartida, a população está imersa nos direitos mínimos! E as famílias mais atingidas por esta política são aquelas que estão abaixo da linha da indigência.

A LOAS garante o pagamento do Benefício de Prestação Continuada ¹³ ao usuário a partir de 67 anos de idade e às pessoas portadoras de deficiência, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo e que não estejam vinculados a nenhum regime de Previdência Social e não recebam benefícios de espécie alguma.

Em contrapartida, verificou-se que 8% das mulheres chefes de família entrevistadas que possuem 60 anos ou mais, não estão dentro dos critérios pré-estabelecidos para o recebimento de seu direito de aposentadoria pelo INSS, porque não têm como comprovar o tempo de serviço trabalhado, ou seja, não trabalharam com carteira assinada. Isto significa que essas mulheres terão grande dificuldade de sobreviver, pois, sua renda é insignificante e/ou dependem somente da renda do PETI. Essa também é a realidade das demais mulheres entrevistadas que atualmente estão na faixa dos 30, 40 ou 50 anos, que deverão aguardar a idade máxima para receber o benefício.

¹³ Em 1996, também se iniciou a implementação de outro Programa de Transferência de Renda de abrangência nacional. Trata-se do Benefício de Prestação Continuada – BPC, representado por uma transferência monetária mensal, no valor de um salário mínimo, previsto pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 203, e assegurado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993) nos artigos 21 e 22. Foi regulamentado pelo Decreto nº 1.744 de 11.12.1995, passando a ser concedido a partir de janeiro de 1996. (SILVA E SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2004. p. 101)

Dessa forma, embora haja o reconhecimento da Política de Assistência Social através da LOAS, sua efetivação vem sendo administrada de forma inconsistente frente às necessidades da população e cujos pontos negativos são apontados por Pereira (1998, p. 25) como: a adoção do princípio da menor elegibilidade e da mercadorização na prestação de benefícios assistenciais; a ênfase nos destinatários convencionais: os incapacitados para o trabalho; a invocação dos testes de meios rigorosos, que constroem ou dificultam o acesso aos benefícios por quem de direito; o apelo sub-reptício ao estigma; a prevalência da distributividade sobre a redistributividade de recursos materiais e de poder e finalmente, a extinção de benefícios mais generosos e mais acessíveis incidentes sobre idosos e portadores de deficiências e enfermidades.

Constata-se que a Política de Assistência Social ainda apresenta muitos limites na sua efetivação, principalmente em relação à população de baixa renda que vive dos mínimos sociais.

O gráfico nº 6 tem o propósito de apresentar a situação econômica dessas mulheres.

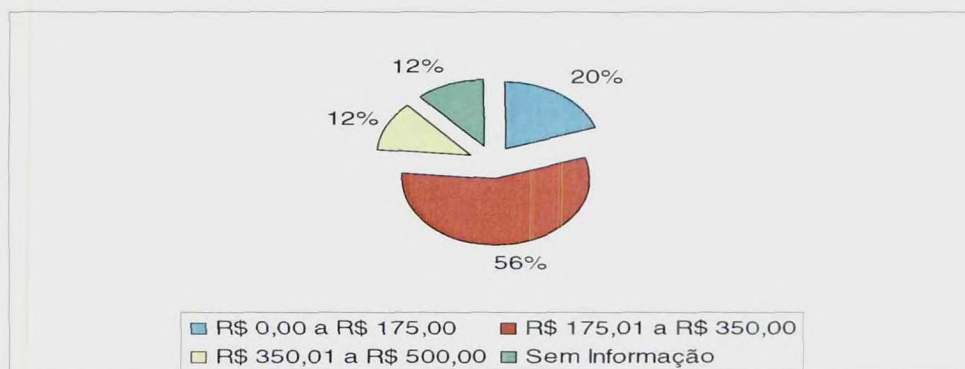


Gráfico 6 – Rendas das mulheres chefes de família, residentes na região sul de Florianópolis e cadastradas no PETI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

O gráfico nº 6 demonstra que as famílias chefiadas por mulheres e residentes na região sul de Florianópolis são famílias de baixa renda, assim: 56%, (14 mulheres) tem uma renda mensal na média de R\$ 175,01 a R\$ 350,00 e 20%, (05 mulheres) sustentam os seus lares com uma renda máxima de R\$ 175,00. Constata-se também que 12%, (03 mulheres) recebem mensalmente em média de R\$ 350,01 a R\$ 500,00 e não há informação nos outros 12%, (03 mulheres).

M 2: “Sou aposentada, recebo R\$ 350,00 e mais R\$ 80,00 do PETI. Mas tive que fazer um empréstimo e estou recebendo dos R\$ 350,00 apenas R\$ 240,00”.

M 4: *“A minha renda é terrível! (risos) A minha renda é a pior de todas eu acho, eu acho que não existe renda pior que a minha, é mínima, é mínima... to sobrevivendo do PETI” (R\$ 80,00)”*.

M 9: *“To recebendo o dinheiro do PETI R\$ 40,00”*.

M 11: *“A minha é pouco... R\$ 250,00 por mês e mais o Peti”*.

M 16: *“Eu ganho R\$ 80,00 por semana e daí eu ganho a bolsa-família, que é R\$ 128,00 isso que eu ganho por mês”*.

Neste caso, percebe-se que as famílias chefiadas por mulheres pesquisadas são dependentes economicamente do Governo Federal, sendo que algumas demonstraram que a única renda familiar é recebida pelo PETI (o próximo gráfico demonstra essa questão).

Poucas mulheres estão recebendo um pouco mais de 01 salário mínimo, sendo que uma das entrevistadas exatamente no dia da realização da entrevista conseguiu emprego de carteira assinada, a mesma demonstrava muita alegria depositando muitas esperanças no seu novo emprego. Ao perguntar a renda familiar, uma das mulheres demonstrou não saber o valor atual do salário-mínimo:

M 7: *“Agora o salário, quanto que é? (risos) ...R\$ 350,00 e mais o benefício do PETI ou Bolsa Família, sei lá!”*.

Muitas mulheres provedoras de seus lares procuram por empregos que lhes proporcione uma carga horária que seja compatível aos seus afazeres domésticos e maternais. Assim, essas mulheres enfrentam diariamente duplas e triplas jornadas de trabalho, isto quer dizer que além de trabalhar fora do ambiente familiar, a chefe de família ao chegar em casa tem que “dar conta” dos seus afazeres domésticos e também da educação de seus filhos.

M 1: *“Recebo por semana R\$ 120,00. Faço outros bicos para aumentar a minha renda, as vezes a minha patroa pede para mim fazer um serviço extra como: limpar jardim ou a sujeira de festa e sempre ganho um trocado a mais”*.

No contexto geral, essas famílias passam por diversas dificuldades e a principal está na situação econômica que limita o acesso à educação, à habitação, à saúde, ao lazer, ao vestuário, aos calçados e à alimentação de qualidade. Sendo que essas famílias têm mensalmente gastos que vão além do que recebem, como pagamento de aluguel, algumas com água, luz (geralmente rabichos, dividido com vizinhos), transporte e muitas vezes faltando para alimentação diária e básica.

É notório também que estas mulheres chefes de família tiveram dificuldades muito cedo, algumas quando crianças, outras com os pais, companheiros, filhos. Por isso, destacaram alguns momentos que foi considerado por elas como o período mais difícil de suas vidas, e suas trajetórias mostram que quase não tiveram mudanças.

2.2.2 Principais dificuldades em relação ao sustento e à criação dos filhos

A questão econômica e familiar continua sendo o fator estressante para essas mulheres chefes de família. O mundo capitalista em que vivemos traz conseqüências alarmantes para o Brasil, como a imensa desigualdade social. Fato esse evidente quando as mulheres relatam que não conseguem suprir sua necessidade alimentar básica pelo fato de não terem renda, como:

M 1: *“Chegamos ao ponto de passar fome, de não ter nada para comer em casa”.*

M 4: *“Eu já passo dificuldades desde os 13 anos.... Já dormi na rua, já passei fome, já passei frio. Já fui estuprada na rua com 15 anos, antes de eu casar. Fui jogada em São José numa clínica que vai para a Colônia Santana eu fiquei três meses, até hoje não dá pra esquecer”.*

A concentração de renda aumenta as desigualdades sociais e a população dificilmente terá acesso aos seus direitos básicos, como demonstram essas mulheres em algum período de suas vidas passaram e passam fome juntamente com os seus filhos, tornando a situação cada vez mais cruel:

M 7: *“Maior dificuldade? Foi a alimentação mesmo! (suspira fundo)...Nesses 10 meses foi a alimentação... tu ter que controlar, dizer pros filhos - Olha hoje você pode comer isso! E tu vê que eles querem comer alguma coisa e você não pode dar, sabe? Vê os outros comerem e os meus filhos não poderem, então, foi a pior dificuldade”.*

M 9: *“Dificuldade? Olha, dificuldade eu tenho tanta coisa, eu tô passando fome, eu tô sem roupa prá usar, minha filha tá grávida e eu tenho que ajuda ela, um monte de coisa!”.*

Subentende-se que a família ao chegar ao limite de passar fome é porque basicamente tudo o mais que lhe é de direito já foi negado, como emprego, salário, educação, moradia, economia, cidadania. A alimentação é o direito básico de qualquer ser humano, porque o mesmo não alimentado não terá condições de progredir e executar suas tarefas diárias, ou uma criança consegue estudar quando está com fome? Até mesmo um adulto terá condições de produzir no seu emprego quando está de barriga vazia? Enfim, o ser humano sem a alimentação necessária não tem perspectivas por melhores condições de vida.

M 2: *“Problema financeiro?... Tô sem emprego, não tenho capacitação para trabalhar, as minhas mãos (mostrou) não posso usar produto químico”. Antes trabalhava fazendo faxina e já não posso mais”.*

M 15: *“Nossa, eu quando me separei fiquei desempregada e sem ninguém pra me ajudar... fiquei um ano e pouco. Só não passei fome porque tinha sempre no armário arroz e polentina ou ganhava resto de comida”.*

Reconhecendo a alimentação como uma necessidade básica e direito do cidadão, foi elaborado em 2001 pelo Instituto de Cidadania, o Programa Fome Zero, sendo estratégia governamental para o enfrentamento da pobreza.

Neste início do século XXI, destaca-se, como principal causa da fome no Brasil, a insuficiência da demanda efetiva causada por concentração de renda, baixos salários, desemprego e baixos índices de crescimento econômico. Estes são os componentes endógenos do padrão de crescimento econômico e, portanto, resultados inseparáveis do modelo econômico vigente, gerando um círculo vicioso da fome. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 123).

O Brasil é um país produtivo e tem matéria-prima para a industrialização de diversos produtos no exterior. Porém, há enorme contraste entre a população de alta e baixa renda, porque ao mesmo tempo em que há produção significativa no campo, criam-se condições que levam para o lixo diariamente milhares de produtos que poderiam alimentar quem tem fome. Assim, percebe-se que o problema da fome no Brasil não é a falta de comida e sim a má distribuição de renda no país que “é a característica persistente na história do Brasil, sendo que as demandas sociais já existiam e eram tratado de maneira pontual e fragmentado.” (COUTO 2004, p.143).

O Programa Fome Zero é uma estratégia do Governo Federal para assegurar ao cidadão o direito à alimentação adequada quando ele tem dificuldades de acesso aos alimentos, tornando-se prioridade na agenda política. Porém, é preciso estar atendo à política assistencial culturalmente embutida no país, além de atender as necessidades emergenciais da fome, devem-se proporcionar ao cidadão projetos de geração de trabalho e renda que possibilitem ao mesmo a capacidade de se auto-sustentar.

O risco a ser enfrentado nessa disputa de sentidos é que o Programa Fome Zero permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres e não se realize como direito social, e assim, não se politize. É evidente que uma “cruzada solidária” contra a fome tem grande apelo e é capaz de realizar um consenso social (dimensão importante para o governo), mas é também sabido que é preciso enfrentar no âmbito da esfera pública, as causas da fome e da pobreza e não abordá-la emergencialmente (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 127).

Durante o estágio curricular, percebeu-se que o PETI de Florianópolis tem também uma prática assistencialista, assim são concedidos mínimos sociais aos usuários na tentativa de amenizar o problema o mesmo, por exemplo, a cesta básica e o cartão de transporte (em pequena quantidade). A Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e do Desenvolvimento Social até outubro de 2006 fornecia ao Programa 10 (dez) cestas básicas mensalmente, tendo como objetivo entregar as famílias consideradas mais carentes atendidas pelo mesmo, atuando-se de maneira emergencial. Porém, em se tratando de um Programa de transferência de renda e que as famílias atendidas são de baixa renda, percebe-se a falta de efetividade na questão, tendo em vista que neste mesmo período eram atendidas 321 (trezentos e vinte e uma) famílias para 10 (dez) cestas mensais e a partir de novembro foi cortado o fornecimento da cesta básica. Diariamente as assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social recebem solicitações dos usuários para o fornecimento de cestas básicas, cartões de transportes, entre outras solicitações, sendo as mesmas obrigadas a enquadrar a prática da política fragmentada, seletiva e de triagem para o fornecimento da cesta básica à família que mais necessitar. Contudo, é perceptível o desgaste profissional das assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social que ao identificar o miserável do miserável vão contra o princípio ético-político da profissão na emancipação do indivíduo.

No gráfico número 7 apresentamos a quantidade de bolsas fornecidas pelo PETI às famílias chefiadas por mulheres.

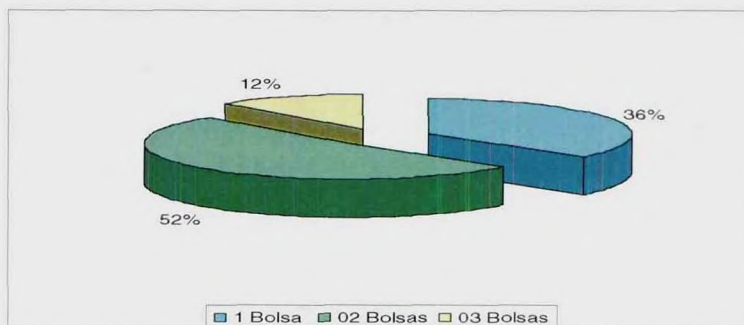


Gráfico 7 – Número de bolsas fornecidas as famílias chefiadas por mulheres, residentes na região sul e cadastradas no PETI - Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

No Manual de Orientação do PETI não há limites de fornecimento de bolsa para uma mesma família, porém, no município de Florianópolis o fornecimento da bolsa PETI é limitado para três bolsas por família, tendo como objetivo o não incentivo às famílias atendidas pelo Programa a se tornarem dependentes economicamente, sobretudo porque essas famílias são numerosas e haveria concentração de renda num mesmo núcleo familiar, excluindo outras famílias.

O gráfico número 07 demonstra que 52% 13 (treze) famílias receberam até o mês de julho de 2006 o equivalente a 02 (duas) bolsas (R\$ 80,00), 12% 03 (três) famílias receberam 03 (três) bolsas (R\$ 120,00) e 36% 09 (nove) famílias receberam 01 (uma) bolsa (R\$ 40,00). Além do benefício, essas famílias também recebem esporadicamente cestas básicas do Programa, kit de material escolar no início do ano letivo (com materiais mínimos necessários) e cartões de passe para algumas famílias com o objetivo de que as crianças e/ou adolescentes possam freqüentar as ações sócio-educativas e de convivência que ficam longe de suas residências.

Ressalta-se que na renda familiar (como demonstra o gráfico 07) já estão incluídos os valores dos benefícios fornecidos pelo Programa. A exemplo dessa questão estão 14 famílias que recebem o valor de até um salário-mínimo (R\$350,00), tem-se 13 famílias que recebem 02 bolsas do Programa (R\$ 80,00), concluindo-se que se essas famílias não recebessem o benefício, suas rendas seriam mais precárias, assim, receberiam o total de R\$ 270,00 mensais, isto é, menos de um salário-mínimo.

Embora o valor do benefício seja mínimo no que diz respeito à manutenção da família, muitas mulheres enfatizaram que o benefício é muito importante para elas, porque com o

mínimo que recebem conseguem suprir alguma necessidade básica que com o salário não conseguiriam obter. Assim, utilizam o benefício para as mais diversas necessidades, como:

M 1: *“Comprei quase tudo de produto para a minha filha. Ela precisa ter uma alimentação especial para os seus problemas de saúde”.*

M 2: *“Tento dividir o dinheiro entre os três que moram comigo, mês retrasado foi um tênis para a menina vou fazendo assim, um mês o dinheiro é pra um filho e no outro mês é pro outro”.*

M 7: *“Assim, quando eu tava desempregada eu usava só pra comida”.*

M 9: *“Pra comida porque não dá pra mais nada”. (choro)*

M 15: *“Pra (risos) é roupa, calçados... porque do meu dinheiro não tem como tirar pra essas coisas né? Porque é luz, é água, é comida pra pagar, então quer dizer não tem como”.*

O Programa tem como um dos principais objetivos retirar as crianças e/ou os adolescentes de situações de trabalho precoce e incentivar que os mesmos frequentem escolas e ações sócio-educativas e de convivência em projetos (parceiros ou não) no período complementar ao da escola. Devendo-se ter como consequência a legitimação de papéis gerados na relação intrafamiliar, ou seja, que os pais e/ou responsáveis antes sustentados pelos trabalhos realizados pelas crianças e/ou adolescentes passem a ter responsabilidades e sustentem suas famílias.

Porém, na realidade não é isto que acontece com as famílias atendidas pelo Programa, pois, os pais e/ou responsáveis por terem uma baixa escolaridade e não terem uma qualificação profissional exercem atividades remuneradas temporárias, trabalham na informalidade ou estão desempregados. Com isso podem ficar dependentes da bolsa PETI para sustentarem suas famílias, acabando muitas vezes por delegar às crianças e/ou adolescentes o poder na vida privada dessas famílias que recebem o benefício do Programa.

Diariamente as profissionais e estagiárias de Serviço Social recebem telefonemas de pais e/ou responsáveis solicitando que mais um de seus filhos (as), netos (as) e sobrinhos (as) sejam inseridos no PETI com o objetivo de aumentar a sua renda familiar e quando questionados sobre o fato de os mesmos não estarem frequentando a escola, respondem que as crianças e/ou adolescentes não querem ir, que preferem ficar em casa e que não conseguem fazer nada para convencê-los do contrário.

Percebe-se que muitos pais e/ou responsáveis continuam a necessitar da ajuda de seus filhos, mesmo porque na ausência deles não receberiam a bolsa do Programa e conseqüentemente a renda familiar diminuiria.

As mulheres chefes de família apresentam dificuldades em educar principalmente os adolescentes, pois elas tentam estabelecer limites que muitas vezes não são respeitados e nem reconhecidos, questão essa considerada normal devido à adolescência ser uma fase de descobertas.

A adolescência é uma fase bastante conturbada para os jovens entre 12 a 18 anos de idade, conforme preconiza a Lei nº 8.069, tornando-se maioria dos casos, uma fase difícil para os familiares e até mesmo para o próprio adolescente que está em fase de transformações e de conflitos como o crescimento do corpo, o descobrimento e a prática do sexo, o namoro, a responsabilidade e o comportamento. Alguns já taxaram esses jovens de “aborrecentes”, como especifica M 4: *“que os adolescentes hoje em dia são aborrecentes, de uma maneira ou de outra eles incomodam a gente”*.

Há o conflito de gerações, principalmente quando as amizades escolhidas pelos filhos são consideradas pelos familiares como impróprias, mas que não conseguem intervir porque trabalham o dia inteiro e não podem acompanhar o que fazem no período em que não estão em casa. Nessa fase, a mãe e/ ou responsável deve tentar manter um diálogo com o adolescente, além de ter paciência para lidar com essa fase conturbada. “Os conflitos experimentados pelas novas relações com os filhos revelam também que é preciso mudar, enquanto há tempo.”(LUISI; FILHO, 1997, p. 78). Até mesmo porque as mães também já passaram por esta fase e elas sabem o que é ser um adolescente, por isso

no momento em que os adolescentes iniciam sua caminhada para a maturidade, são os pais que devem ser “orientados” a fim de poderem ajudar, estimular e favorecer os filhos e as filhas adolescentes na difícil e tormentosa travessia da adolescência ao estado adulto (MIELNIK 1984, p. 157).

É válido ressaltar que os adolescentes quando são bem preparados, geralmente escolhem amizades adequadas que não trazem problemas à convivência do grupo familiar.

No gráfico nº 8 demonstramos a faixa etária dos dependentes das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis.

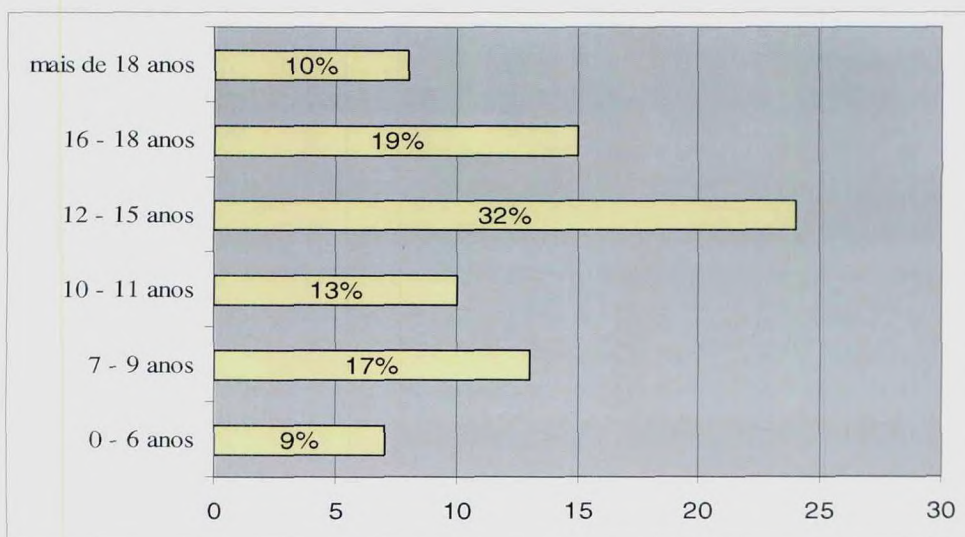


Gráfico 8 – Faixa etária das crianças e dos adolescentes inseridas no PETI e dependentes das mulheres chefes de família residentes na região sul.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

No total de 25 (vinte e cinco) famílias chefiadas por mulheres há cerca de 77 (setenta e sete) crianças e/ou adolescentes que vivem e são sustentados pelas mesmas. Assim, 39%, 30 (trinta) crianças que se subdividem em:

9%, 07 (sete) são crianças que têm em média 0 a 06 anos, essa idade é um fator muito preocupante quando se trata de políticas sociais, pois essa faixa etária requer um maior cuidado com os filhos e ao mesmo tempo as mulheres precisam trabalhar para garantir o sustento de sua família e necessitam de redes de apoio (creches/projetos) que contribuam para que as mesmas possam deixar seus filhos com segurança enquanto trabalham;

17%, 13 (treze) crianças têm idade entre 07 e 09 anos;

13%, 10 (dez) crianças têm idade entre 10 a 11 anos de idade.

Culturalmente, as mães e/ou responsáveis por essas crianças demonstram certo remorso com relação à educação de seus filhos, porque muitas vezes são obrigadas a deixar seus filhos em casa, creches, colégios e até mesmo em projetos para irem trabalhar. Muitas demonstraram durante a entrevista que ao irem trabalhar e deixando seus dependentes aos cuidados de outras pessoas estão perdendo a melhor fase de suas vidas, como demonstra **M 1**: “*Dá pena, sentimento de culpa do menor (3 anos) que fica o dia inteiro na creche*”. Por outro lado, algumas mulheres não conseguem enxergar o lado positivo desta questão que é a independência, ou seja, é através de seu trabalho que se tornaram responsáveis por si só e por

seus dependentes. Embora essas mulheres apresentem uma sobrecarga de responsabilidades juntamente com a pressão do desemprego, algumas demonstram satisfação com a sua vida atual:

M 8: *“Tô viúva a 13 anos e foi a fase mais boa da minha vida, apesar das dificuldades.... Onde mais me diverti, mais curti, era dona do meu nariz”.*

M 13: *“Resolvi cuidar de mim, dos meus filhos, da minha casa... botar eles no ritmo, porque aquela história de briga dentro de casa, não dava. Chega!”.*

As mulheres acima citadas identificam que sua vida está muito melhor, principalmente quando comparam as suas vidas ao lado do companheiro e lembram do sofrimento vivido. Enfim, percebem que hoje em dia como mulheres independentes financeiramente podem chegar em suas residências e controlar suas vidas e a de seus dependentes, ou seja, aprenderam após a separação de seu casamento a chefiar suas famílias, ter autonomia em suas vidas e ter prazer nisto.

Há um número significativo de adolescentes nessas famílias, sendo que 39 são adolescentes, 24 (vinte e quatro) variam entre as idades de 12 a 15 anos e 15 (quinze) de 16 a 18 anos. É uma fase em que normalmente há grandes mudanças no ciclo familiar, sejam elas sexuais, sociais, ideológicas e vocacionais e de luta pela emancipação dos pais. Assim, os adolescentes passam a questionar valores e regras familiares e as mães muitas vezes perdem a autoridade perante os seus filhos que se acham no direito de fazer o que bem entendem. No cotidiano de prática profissional no PETI, muitas mães e/ou responsáveis reclamam que seus filhos querem ir para as festas e chegam muito tarde, vão para a praia sem autorização e principalmente que levam seus filhos para a unidade escolar, mas que alguns saem da escola sem que elas saibam, portanto não conseguem ter autoridade perante os seus filhos, visto que os mesmos fazem o que bem entendem.

Devido às mudanças ocorridas nos últimos anos, a família nuclear formada por pai, mãe e filhos não é predominante em nossa sociedade, pelo contrário, aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres, tornando cada vez mais comum a criança crescer sem a presença da figura masculina (pai, tio, avô). Na ausência da figura masculina no ambiente familiar, coube à mulher (mãe, tia, avó) a administrar a ausência do mesmo, sendo importante que ela não venha a prejudicar a imagem masculina que é fundamental para o caráter da criança ou do adolescente em desenvolvimento.

Nos casos de separação do casal, as crianças e os adolescentes muitas vezes sofrem com esse processo de mudanças do vínculo familiar, porém, não se pode rotulá-los filhos de mães “solteiras” ou de pais separados, porque não são mais problemáticos do que os filhos dos pais casados. Em ambas as situações, a criança e o adolescente precisam de apoio, carinho, proteção, cuidados e limites para o desenvolvimento da auto-estima.

As mulheres entrevistadas informaram que seus ex-companheiros não mantêm contato com os filhos, porque alguns não os reconhecem legalmente, outros saíram de casa e sumiram, há também os pais que não aceitam pagar a pensão, entre outros casos. Nessas famílias a ausência paterna e até mesmo a ausência masculina é predominante e os filhos por não terem uma proximidade afetiva com os pais e até mesmo porque presenciaram muitas vezes momentos violentos e tensos na relação intrafamiliar, não vivenciaram a autoridade masculina e em alguns momentos a mulher não consegue substituí-la no vínculo familiar.

O IBGE¹⁴ registrou que dentre as mulheres sem cônjuge e com filhos 47,1% tinham pelo menos um filho com idade inferior a 15 anos e 28,5% tinham todos os filhos com menos de 15 anos de idade. Ao mesmo tempo a pesquisa aqui realizada constata que cerca de 70% 54 (cinquenta e quatro) tem idade média de 0 a 15 anos e cerca de 30% tem 23 (vinte e três) variam de 16 a mais de 18 anos. Ambos os dados demonstram o problema, em torno da questão, de uma única pessoa ter que assumir ao mesmo tempo o sustento e as obrigações internas do grupo familiar, como: cuidado com os filhos, trabalho doméstico, consequentemente interferindo muitas vezes nas escolhas das mulheres quanto ao trabalho, aumentando as desigualdades existentes no mercado. Assim, as mulheres se vêem praticamente obrigadas a conseguir um emprego que concilie sua vida profissional com a pessoal (casa e filhos), dificultando o seu acesso ao mercado de trabalho formal, devido o mesmo ser cada vez mais exigente.

Em muitas visitas e contatos telefônicos realizados no decorrer do estágio, as mães e/ou avós comentam que não conseguem impor limites a seus filhos e que os mesmos querem trabalhar para ter dinheiro e comprar roupas, calçados e se divertir como qualquer outro adolescente. A questão econômica é um dos principais fatores estressantes das famílias inseridas no Programa, mesmo porque as mães não conseguem e não tem condições de dar aos seus filhos uma vida digna, com educação de qualidade, presentes em épocas festivas, roupas, calçados e até mesmo uma alimentação saudável.

¹⁴Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/trabalha_mulher_responsavei.pdf. Acesso em: 05 out. 2006, p. 16.

Nesse caso, percebe-se que a mídia tem uma forte participação na relação intrafamiliar, principalmente entre crianças e adolescentes. Diariamente as pessoas são influenciadas a consumir produtos que favoreçam ao indivíduo certa aceitação social, ou seja, criam através de roupas, sapatos, acessórios de marca (geralmente caríssimos) um “status” em que predomina o conceito de que você é aquilo que veste. Particularmente, os jovens por estarem em fase de aceitação de um determinado grupo são os que mais sofrem com esta questão, principalmente os que são de baixa renda, porque não tem condições de adquirir o produto desejado.

Todo adolescente tem uma ansiedade íntima de sentir que pertence à família, ao grupo social, à classe escolar ou profissional. A noção de “pertencer” torna-se assim todo-poderosa no sentido de lhe fornecer um status necessário e obrigatório. É uma força social e de significação emocional profunda, muito ativa em nossos dias, e que concorre, intensamente, para integrar o jovem na sociedade, ao mesmo tempo que incrementa sua segurança e auto-estima (MIELNIK 1984, p. 42).

Por vivermos em um mundo globalizado, temos acesso à tecnologias de informação, conscientização, aguçamento de senso crítico e oferta de produtos, porém, os meios de comunicação articulam e impõem regras que favorecem a economia mundial e o conseqüente aumento da desigualdade social.

O gráfico 09 demonstra que 08 (oito) pessoas são maiores de 18 anos e os mesmos dependem financeiramente de suas mães e/ou avós e por diversos motivos (muitos idênticos aos de seus pais), eles não conseguem entrar no mercado de trabalho.

No sentido legal, a maioria é considerada como término na adolescência, uma vez que nessa idade a lei suspende os últimos aspectos de proteção legal da “imaturidade” e concede ao jovem seus plenos direitos, sua independência legal e responsabilidade (CEVERNY, 1997, pg. 83).

O gráfico nº 9 tem como finalidade complementar o conhecimento sobre os dependentes das mulheres chefes de família ao apresentar o grau de instrução deles até julho/2006, demonstrando que sua atual situação é muito parecida com a vida de suas mães e/ou responsáveis.

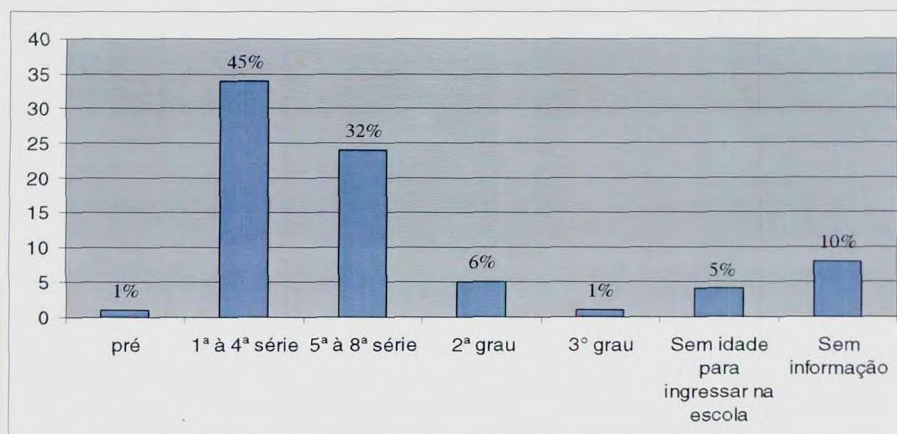


Gráfico 9 – Grau de Instrução das crianças e dos adolescentes inseridas no PETI e dependentes das mulheres chefes de família residentes na região sul de Florianópolis.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, julho/2006.

No gráfico 09, dos 10%, 08 (oito) são crianças e/ou adolescentes que constam “sem informação”, são maiores de 18 anos e até o mês de julho de 2006 não estavam estudando.

Relacionando o gráfico 08 que contém 23 (vinte e três) crianças em idade escolar (7 à 11 anos) com o gráfico 09 que tem o total de 34 (trinta e quatro) crianças e/ou adolescentes freqüentando entre a 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental, pode-se considerar que apenas (11) onze adolescentes estão fora do padrão escolar estabelecido pelo Ministério da Educação. No gráfico 09, identifica-se também que 32% 24 (vinte e quatro) adolescentes freqüentam entre a 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental.

Pelos dados colhidos, percebe-se que 6%, 5 (cinco) adolescentes estão completando o 2º grau e 01 (um) está fazendo o 3º grau, especificamente um curso técnico. Finalmente, 5%, 04 (quatro) crianças não estão em idade escolar e 1%, 01 (uma) está freqüentando o pré-escolar.

Por falta de perspectiva de vida, essas mulheres chefes de família inserem seus filhos precocemente no mercado de trabalho informal, como na venda de doces e salgados, nos malabarismos ou mendicância nas sinaleiras, entre outros serviços que são degradantes e perigosos para eles. Por outro lado, algumas mães projetam em seus filhos os seus sonhos não realizados, assim, vêem a educação como peça fundamental para um futuro melhor, especificamente quando se trata de melhores condições de trabalho, ficando evidente nas entrevistas:

M 1: “Digo a eles: não exijo nada que vocês não possam me dar, o mínimo que eu exijo de vocês é que estudem”.

M 2: *“É prioridade, quero dar para ele a oportunidade que eu não tive... a educação é fundamental para o futuro, hoje é eles que me ensinam, aprendo mais com eles”.*

M 7: *“Um futuro melhor, um futuro que eu não tive! Meu orgulho é a minha filha na 8ª série... uma coisa que eu não tive! Poder ver minha filha fazer, minha filha ter um futuro assim é muito bom”.*

M 11: *“Por causa do estudo... eu não tenho estudo e gostaria de ter e não tenho, então eu acho que é importante porque elas podem pegar um bom emprego... não precisam trabalhar como eu trabalho”.*

Embora se anuncie que há melhorias na educação, percebe-se nestes gráficos que se deve dar maior ênfase a qualidade de ensino, ao incentivo de crianças e adolescentes a irem para as escolas com a perspectiva de um futuro melhor.

Com relação à educação de seus filhos a maioria das mulheres informaram que não tem muitas dificuldades, com exceção das mulheres **M 15** que alega ficar o dia inteiro fora de casa trabalhando e os filhos a noite estão cansados devido a rotina escolar e também nas ações sócio-educativas, conforme ela: *“Fico o dia inteiro fora e de manhã as crianças ficam na escola, de tarde no CEC e andam um pedaço pra chegar em casa e chegam cansados. Brincam uns 5, 10 minutinhos quando vejo já tão dormindo, então é assim, eu tenho pouco convívio com eles”.* A **M 16** reclama da dificuldade que tem em ensinar os deveres para seus filhos: *“Nos deveres tem coisas que eles sabem mais do que eu e aí eu não sei ensinar eles”* fato esse constatado também em **M 1** que explica que seus filhos não lhe dão problemas, mas que as disciplinas ensinadas a eles ela aprendeu quando criança e esqueceu com o passar do tempo e outras não chegou a aprender, mas quando necessário procura por alguma ajuda, mesmo porque sua filha ultrapassou o grau de instrução da mãe: *“até eu vou para as aulas aprender contas de raiz quadrada para ensiná-la”.*

Nos atendimentos realizados no Programa (contatos telefônicos e na sede), percebe-se que há pais e/ou responsáveis que vêem a escola como uma forma de mudar a vida. As mulheres chefes de família não possuem opiniões muito diferentes, embora haja uma contradição no que diz respeito a escolaridade de seus filhos, que não difere muito da baixa escolaridade delas. Como anteriormente citado no gráfico 04, 12 (doze) mulheres chefes de família cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental e com relação aos seus filhos 34 (trinta e quatro) adolescentes (de 12 a 15 anos) cursaram ou ainda cursam a 4º série do Ensino Fundamental.

O ideal é que o sistema escolar proporcionasse horário integral para crianças, pois, freqüentar meio período tem suas limitações, como revela o depoimento a seguir:

M 3: *“Eu me preocupo com os mais velhos, porque eles não tem estudo, porque não podem pegar emprego melhor... sempre tem que tá de servente, tem um que é pedreiro agora”.*

M 9: *“Freqüentando eu acho bom, mas o que adianta? Aí ele come meio-dia, o outro come a tarde na escola e daí chega dentro de casa e come o que a noite?”*

2.3 CASAMENTOS: CONFLITOS DE VALORES ENTRE O HOMEM E A MULHER

O ser humano é um ser sociável e que está sempre disponível para se apegar a outro ser humano. Especificando-se as mulheres chefes de família, elas demonstraram que o início de seus relacionamentos foram baseados no amor, no companheirismo, assim, acreditavam que a união seria para sempre, questão esta culturalmente imposta principalmente à mulher. Sob essa ótica, as mulheres escutam e assimilam o que aprenderam em histórias infantis que o príncipe encantado existe e que um dia ele aparecerá em suas vidas e serão felizes para sempre. O casamento na sociedade

tem sido erroneamente visto como a finalização de uma fase de encontro, conhecimento e reconhecimento mútuos, muito mais do que como o início de um longo e difícil período de transição. O mito do ‘... e viveram felizes para sempre’, transmitido de geração em geração não só pelas histórias infantis mas também de tantas outras formas muito mais sutis e, certamente introjetado por tantos Pedros e Marias é, sem dúvida, um dos mais cultuados mitos sociais e tem se perpetuado apesar de tantas aparentes e verdadeiras transformações nos costumes e desejos, pois, de certa forma, atende tanto aos desejos, angústias e necessidades dos pais quanto aos noivos (CEVERNY, 1997, p. 54-55).

As mulheres chefes de família não muito diferentes das outras pessoas tiveram grandes expectativas em relação ao casamento e se uniram aos seus companheiros porque gostavam deles e tinham a perspectiva de que a união seria duradoura, como demonstra:

M 2: *“Ah foi paixão a primeira vista. Eu tinha mais ou menos com vinte e três ou vinte e quatro anos e ele trinta anos e namoramos durante dois meses e decidimos morar juntos, não casamos oficialmente mas vivemos vinte e cinco anos juntos”.*

M 10: *“Foi com dezenove anos e foi oficial o casamento, minha família aceitou.... Não foi difícil porque o casamento foi com uma pessoa que eu gostava, então eu queria me casar”.*

M 13: *O conhecia, me apaixonei e fiquei... sabe assim, conhece dia trinta e um de março, dia primeiro de abril você casa? Assim aconteceu... aí eu vivi onze anos... Puts!”.*

Porém, todas as mulheres chefes de família, tiveram experiências diferentes, pode-se dizer que elas perceberam que o mito do casamento perfeito não tem muito a ver com a realidade e apontaram os principais motivos que fizeram com que a relação do casal não desse certo:

M 6: *“Não deu certo, não deu certo, né! Porque ele me maltratava, queria me matar, queria me agredir. No começo eu gostava dele, mas ele era um monstro... meu Deus!”.*

M 7: *“Pra ele era só mulher, rua, bagunça, só futebol, amigos, só essas coisas assim.... também era agressivo e tudo resolvia na porrada! As minhas meninas qualquer coisinha que fizessem no colégio, com a nota baixa era motivo pra apanhar, ficar de castigo, trancada, amedrontando mesmo. E eu achei que não era solução, eu não queria isso pras minhas filhas, apesar da pobreza, apesar... meus pais não me criaram assim”.*

Porém, no contexto geral, podem-se presenciar em suas falas, gestos e principalmente no olhar, que o período em que dividiam a residência com o marido, parceiro ou até mesmo companheiro (nem todas foram casadas oficialmente, sendo estas expressões as mais utilizadas para designar a pessoa com quem estavam morando) foi um período extremamente difícil. Assim, algumas mulheres descreveram que embora seu marido residisse com a família, o mesmo muitas vezes não compartilhava na subsistência familiar e elas se viam sozinhas no sustento da casa e na criação de seus filhos. Como demonstra a **M 7** que diz ter aprendido a sustentar e cuidar da sua casa sozinha, a mesma diz ter sido responsável pela subsistência da sua mãe e irmãos quando seu pai faleceu e posteriormente a chefiar sua família: *“Eu eu morava em duas peças atrás da casa da minha mãe porque eu ainda tinha que ajudá-la. Ela depois foi morar comigo precisava de mim, meu pai tinha falecido, e meus irmãos ainda eram pequenos. Eu já aprendi a chefiar a minha casa, né? (risos)... A determinar a vida dos meus filhos, a educá-los, sabe?”*

O uso de drogas (principalmente álcool) foi o principal motivo que fez com que os relacionamentos não dessem certo, porque o parceiro alcoolizado muitas vezes agredia suas esposas de diversas formas. Também a questão das famílias se envolverem na relação do casal foi uma questão expressiva da pesquisa realizada, como se pode ver a seguir:

M 13: *“Ele começou a usar drogas, começou a beber mas eu amava ele. Não teve companheirismo, atenção, carinho da parte dele. Me deixava sozinha, ia pro bar jogar sinuca com os amigos, usava droga, bebia e aí chegava em casa batia em mim, quebrava tudo... mas mesmo assim pra criar os meus filhos eu aturei tudo isso durante 11 anos.*

M 15: *“No meu ver foi porque deixou a família dele se mete na relação da gente, começou a dar palpites, né, daí tudo que eu falava começou a dizer que não era certo, né”.*

M 16: *“Ele bebia muito, bebia demais e não ia trabalhar e eu pensei assim, se é pra mim ficar trabalhando sozinha, eu fico sozinha. E até hoje ele é alcoólatra, fica mais internado, já ficou um tempo internado, um ano e pouco e saiu e acho que voltou a beber pior... mas eu nem falo com ele, nem...”.*

Em pesquisa realizada com as famílias carentes¹⁵

um dos traços marcantes revelados foi o alto índice de utilização do álcool, envolvendo o uso diário até a embriaguez, em cada família pesquisada, de todos os membros: pais, filhos, companheiros e, em maior escala, ex-maridos – todas as figuras masculinas acabavam tumultuando ainda mais as relações e enfraquecendo a figura paterna como autoridade afetiva e responsável (TAKASHIMA, 1994, P. 81).

Embora grande parte das mulheres entrevistadas tenha sofrido com seus maridos, algumas demonstraram não ter perdido a esperança de encontrar um companheiro que as façam felizes, como é o caso de **M 4**: *“tenho muita força de vontade, pra muita coisa ainda, principalmente pra viver. Tô com um atual namorado, tá dando certo porque a gente se gosta”.*

Isto ficou evidente nas entrevistas realizadas que as mulheres chefes de família abordadas, em sua maioria tiveram de dois a mais casamentos, alguns por períodos longos e outros nem tanto.

¹⁵ Pesquisa realizada em 1993 por acadêmicos do Serviço social, em dois Centros de Educação Complementar da Prefeitura Municipal de Florianópolis (RECH et alii, 1993), foi constatado que 73,3% das famílias entrevistadas eram do tipo nuclear, com a presença de apais biológicos ou não; destas, 40,0% se auto-denominavam “deseestruturadas” com problemas na dinâmica de interação. (TAKASHIMA, 1994, p. 80)

M 9: *“A gente se dava mais ou menos, não faltava nada em casa mas ele me maltratava muito, judiava muito de mim e durou sete meses porque ele usava muita droga perto das crianças e batia muito em mim e também batia nas minhas filhas e eu não aceitava que ele batesse nas minhas filhas”.*

Quando essas mulheres falavam de seus ex-companheiros a impressão que elas davam era de que estavam arrependidas do período em que viveram com eles, porque, os companheiros muitas vezes deixaram cicatrizes que ao tocar no assunto, podem abrir a ferida que estava aparentemente fechada. Fato esse evidente nos contínuos choros das mulheres chefes de família presenciados pela pesquisadora quando comentavam sobre a vida conjugal que tinham e o quanto sofreram durante este período. Assim, como **M 15**, que aparentemente não pensa em casar-se novamente: *“desde que eu me separei nunca quis saber de homem mais na minha vida, criei um trauma tão grande, que... (risos)”.*

Deve-se considerar que cada ser humano possui uma singularidade e tem perspectivas de vida diferentes, podendo assim, acarretar alguns conflitos em seu meio social. Sob esta ótica é que **M 8** descreve que o motivo de um de seus casamentos não terem dado certo foi *“É que em primeiro lugar é natural e difícil duas pessoas conviverem juntas. Eu acho que cada pessoa tem um jeito e que quando um relacionamento termina, é os dois que são cúmplices de alguma coisa”.*

De maneira geral, as mulheres entrevistadas sofreram algum tipo de violência intrafamiliar como especificou **M 1** que saiu de casa no dia do seu aniversário de 15 (quinze) anos para fugir de uma tentativa de estupro de seu pai, sendo que a festa comemorativa estava organizada. Porém, outras mulheres não tiveram a mesma “sorte” que **M 1** teve ao conseguir fugir de seu pai, como elas mesmas contaram que sofriam diversas formas de violências com os seus ex-companheiros:

M 4: *“Eu era muito judiada pelo pai deles e ele também bancava praticamente estupro comigo, me pegava e achava que é mulher e tem que abrir a perna e aquilo tudo”.*

M 6: *“Não queria que acontecesse como aconteceu, ele me agarrou por trás e depois é que fui me lembrar do que havia acontecido comigo! Acho que ele tinha fumado um baseado, não sei”.*

M 7: *“Nos conhecemos e eu fui fazer um favor pra ele, fui limpar a casa dele. Então, na hora ele tirou e não quis usar camisinha, nada! A minha irmã quando voltou me viu sentada no chão, chorando e dizendo: tô grávida, tô grávida!”.*

Nos casos citados, todas essas três mulheres ficaram grávidas de seus agressores, chegaram a pensar em abortar a criança após a confirmação da gravidez, pois não aceitavam tal acontecimento. Ao contrário do que inicialmente pensavam, nenhuma delas realizou o procedimento do aborto e criam seus filhos (as) sozinhas. É preciso deixar claro que todas essas mulheres disseram que amam seus filhos e que apesar da violência que sofreram valeu a pena tê-los:

M 4: *“Até eu ganhar ele na maternidade, eu não me conformava!... Quando eu me lembro disso, eu tenho uma revolta porque eu amo meu filho”.*

M 7: *“O B foi um acidente, mas ele olha pra mim e eu digo: eu te amo tanto, tanto que até dói”.*

Com relação à violência sexual sofrida tendo como consequência uma gravidez não desejada, estas mulheres como tantas outras teriam respaldo da lei, se optassem por realizar o aborto, conforme preconiza o artigo 128 do Código Penal¹⁶:

Aborto necessário

I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro¹⁷

II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

É importante lembrar que no Brasil a realização do aborto é uma questão polêmica, que mistura com questões pessoais, senso-comum, política, saúde, religião, enfim, atualmente a mulher terá o direito a realizar o aborto somente quando estiver enquadrada nos casos citados.

Independentemente da classe social ou do grau de instrução da mulher, a violência doméstica vem aumentando de forma significativa, sendo que a criação de delegacias de mulheres tornou visível o fenômeno da violência, principalmente a doméstica.

Acostuma-se a ouvir desde pequenos que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e pelo fato da violência contra a mulher ocorrer muitas vezes dentro de um espaço

¹⁶ Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/8661,1>> Acesso em : 20 de jan. 2007.

¹⁷ Toda vez que um homem obriga uma mulher a ter relação sexual, contra a sua vontade, usando de violência ou ameaças está praticando crime de estupro. No estupro, a conjunção carnal (relação sexual) tem que ser vaginal: penetração do pênis na vagina. A violência pode ser física (uso da força para obrigar a mulher à relação sexual) ou moral (ameaça de causar mal à mulher ou a pessoas próximas). “Direitos da Mulher. Senado Federal, 2004 p. 19”.

delimitado, se torna “natural” quando visto pela sociedade, não sendo um ato justificável. O ser humano é educado conforme seu sexo, assim, os meninos aprendem que devem reprimir as manifestações de alguma forma de afeto, amor, amizade e são estimulados a liberar outras emoções, como o ciúme, a raiva e agressividade. Esses ensinamentos são consequências da lógica patriarcal que considera que os homens são mais fortes e superiores às mulheres, não importando a idade que ela tenha, dificultando na fase adulta um ser humano capaz de respeitar as diferenças existentes.

A violência sexual ainda é uma questão muito discutida no Brasil e em outros países e gera muitas polêmicas. Em alguns casos, a mulher é culpabilizada pelo acontecido, ou seja, é comum ouvir que “ela foi abusada sexualmente porque instigou o abusador a cometer tal agressão, usando roupas decotadas, curtas, transparentes, entre outros motivos”. Essa questão apesar de cultural influencia muitas mulheres a não denunciarem seu agressor, porque após a agressão elas estão geralmente fragilizadas e até mesmo se sentem responsáveis (culpadas) com o ocorrido e sentem vergonha. Historicamente a violência contra a mulher é um fenômeno antigo, as religiões determinam que o casamento perante Deus seja eterno e para isto legitimam a subordinação da mulher perante o homem, cabendo a ela a harmonia do lar, contrariando o princípio da igualdade e do respeito.

Estima-se que a maioria das mulheres agredidas sofram caladas e que por vários motivos não pedem ajuda. Há casos em que as mulheres acobertam as agressões cometidas pelos companheiros, umas têm medo de denunciá-los, pois em alguns casos os reencontram ou até mesmo “dão uma nova chance ao agressor”. Outras mulheres são dependentes economicamente, não tem capacitação ou experiência profissional porque os companheiros não permitiam que elas trabalhassem fora de casa, pois tinham a obrigação de cuidar dos filhos ou até mesmo por ciúmes. E finalmente, há mulheres que amam seus companheiros, elas em alguns casos, acreditam poder dar um basta na situação e “salvar” o companheiro, ou seja, por “amor” não conseguem perceber que são elas que necessitam ser salvas inicialmente.

As violências contra as mulheres vêm aumentando, porém, os fatos acontecidos formam mobilizações para que os direitos das mulheres sejam devidamente respeitados. Por outro lado, na realidade as Leis previstas para as mulheres não funcionam como deveriam, como relatou **M 4** que foi a única destas três mulheres que registrou o Boletim de Ocorrência contra as inúmeras agressões que vinha sofrendo do seu companheiro:

M 4: *“Demunciei, não faziam nada! Fui na delegacia de mulheres na época, eles (policiais) levaram ele algemado e ficava 24 horas recuperando do álcool dele e depois soltavam ele e aí voltava tudo!”.*

Consciente da precariedade das políticas públicas voltadas à proteção da mulher, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou em 07 de agosto de 2006 a Lei nº 11.340¹⁸ (Lei de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) ou popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha” que além de endurecer o tratamento e a pena imposta aos agressores, a lei reconhece que a violência contra a mulher pode ocorrer entre as pessoas do mesmo sexo.

Para que a mulher seja protegida, a Lei Maria da Penha criou mecanismos para que a vítima exija a proteção do Estado, sendo a primeira lei a especificar sobre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher capítulo I, artigo 7º¹⁹:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.> Acesso em: 25 fev. 07.

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.> Acesso em: 25 fev. 07.

A partir dessa Lei, foram retirados os juizados especiais criminais que julgam crimes de menor potencial ofensivo e têm a competência para julgá-los, reconhecendo a gravidade dos casos de violência doméstica.

Com a expectativa de incentivar o aumento de denúncia, a Lei também reserva um capítulo específico (III) sobre a competência da autoridade policial ao tomar conhecimento da ocorrência prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. O atendimento realizado pela autoridade policial é inovador e proporciona à vítima a proteção necessária podendo fazer o encaminhamento para o atendimento médico e ao Instituto Médico legal para exames de corpo e delito, transportando as vítimas para abrigos seguros em caso de risco de morte, acompanhando também a retirada de seus pertences de sua residência, enfim, as mulheres agredidas terão acesso à informação sobre os seus direitos e aos serviços de reparação disponíveis.

Antes da Lei, as mulheres iam até a delegacia registrar o Boletim de Ocorrência geralmente no “calor dos fatos”, querendo muitas vezes providências imediatas. Porém, quando a situação amenizava, as mulheres repensavam sobre o acontecido e retiravam o registro da ocorrência. Em sua maioria, as mulheres vão às delegacias com o objetivo de que a (o) delegada (o) dê uma “prensa” em seu agressor, a fim de que possam estabelecer novas bases, digam-se harmoniosas na relação. Porém, após a determinação da Lei, uma vez realizada a denúncia, a vítima só poderá desistir do processo perante o juiz, e não mais na delegacia. E, ao contrário do que acontecia, não mais poderá entregar pessoalmente as intimações judiciais ao seu próprio agressor, prevendo também que em todas as audiências a mulher esteja acompanhada de seu advogado.

Apesar da maioria dessas mulheres terem sido abandonadas pelos ex-companheiros, outras, porém, denominam-se como pessoas corajosas, pois, saíram de suas residências fugidas de seus companheiros. Apesar das uniões não serem bem sucedidas, alguns homens detinham certo domínio sobre suas companheiras, ameaçando-as muitas vezes de morte, caso elas os deixassem, como explicam:

M 3: *“Quando ele bebe diz que tenho obrigação, que ele tem que ficar lá em casa porque tem direito... só que a casa é minha!”.*

M 4: *“Me peguei muito a Deus e comecei a procurar recursos, aí consegui deixar ele dormindo e deixei a minha casinha, só saí com a roupa do corpo e os filhos”.*

A Lei nº 11.340 determina que o agressor poderá ser preso em flagrante e o juiz poderá decretar sua prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da vítima.

Embora tenha se progredido muito com a Lei Maria da Penha nas formas de enfrentamento da violência doméstica e contra a mulher, a mesma não mudou ainda o comportamento das vítimas que desistem com muita facilidade da queixa policial pelos motivos citados anteriormente e que estão enraizados culturalmente.

Acredita-se que a punição não é a melhor forma de combater a violência doméstica. As mulheres juntamente com os agressores necessitam de apoio moral e de acompanhamento psicológico para eliminar a violência intrafamiliar ainda presente.

2.4 PAI AUSENTE, FILHO CARENTE?

Geralmente as famílias chefiadas por mulheres tendem a ter um maior grau de vulnerabilidade, pois a responsabilidade pelo sustento da família provém de uma única pessoa. Quando ocorre a separação de um casal, geralmente é a mulher que fica com a guarda dos filhos, assim, muitas vezes os ex-companheiros ao saírem de casa além de separar-se da mulher também se separam dos filhos, perdendo toda e qualquer responsabilidade paterna. Muitas delas deixaram esta situação muito clara quando expuseram que nem elas e nem seus filhos mantêm contato com o ex-companheiro:

M 3: *“Do primeiro casamento não temos nenhum contato”.*

M 7: *“Não, o primeiro morreu e o segundo bebia muito”.*

Por outro lado, houve um número significativo de mulheres que reclamaram que os ex-companheiros aparecem esporadicamente em suas residências, atitude esta que aparentemente as incomoda, conforme:

M 3: *“De vez em quando ele bebe e vai lá prá casa incomodá”.*

M 6: *“Quando ele bebe diz que eu tenho obrigação, que ele tem que ficá lá em casa porque tem direito. Se eu deixá ele vai e pega o que é meu pra vender”.*

Este fato faz com que estas mulheres vivam amedrontadas, pois, não sabem o que podem encontrar ao chegar em casa. Mesmo porque, também temem pelos filhos que ficam sozinhos e não terão condições de defendê-los, caso o ex-companheiro gere algum problema.

De uma forma discreta, percebe-se que alguns de seus filhos sentem a ausência do pai, mas que esta falta está associada à questão financeira e não propriamente afetiva que apareceu de forma muito sutil, como nos comprovam:

M 3: *“Quem gosta dele mais um pouquinho é o guri de dezenove anos que é casado, que ele (pai) vai na casa dele e tudo”.*

M 4: *“O ‘C’ sente falta de pedir as coisas pro pai, porque ele quer as coisas e me cobra, só que não posso dar”.*

Pode-se dizer que na visão dos filhos o pai deveria ser o provedor familiar e não a mãe, cabendo a ela os cuidados da casa e educação dos filhos. O triângulo pai-mãe-filho

deve poder se formar e substituir a díade mãe-filho. Ora, se o pai está ausente não há transferência de identificação da mãe para o pai; o filho permanece então, prisioneiro da identificação com a mãe. A ausência do pai corresponde automaticamente da influência da mãe, sobrecarregada então, por uma responsabilidade pesada demais para os seus ombros (CORNEAU, 1991, p. 26).

Percebe-se que a posição de chefes de família praticamente sempre foi das mulheres, elas explicam que mesmo residindo com o ex-companheiro, a responsabilidade pela subsistência familiar sempre foi delas, conforme **M 7**:

M 7: *“Ele era desleixado, não prestava atenção em nada e se faltava alguma coisa em casa, podia o mundo acabar que não tava nem aí”.*

Identifica-se que além dos conflitos gerados entre mães e pais, há também a existência de conflitos entre pais e filhos. As mulheres explicam que os ex-companheiros não eram amorosos com os filhos e que muitas vezes eram testemunhas da violência sofrida em casa e também apanhavam geralmente por algum motivo insignificante, segundo:

M 6: *“Ele maltratava a menina, a puxar o cabelo, arrastar a menina com força”.*

M 7: *“Ele era agressivo, as minhas qualquer coisinha que fizessem no colégio, nota baixa, era motivo pra apanhar, ficar de castigo, trancada, amedrontando mesmo”.*

M 13: *“Aquela história de briga dentro de casa, as crianças ficavam tudo revoltada. Portanto, eu tive que ir pra psicóloga com eles, foi um trauma muito grande”.*

Os pais são homens que, não diferente das mulheres, sofrem com a vida, eles são em geral homens de baixa escolaridade, desempregados e submissos a trabalhos pesados e pouco reconhecidos como pedreiro, servente, cortador de grama, entre outros; alguns são dependentes químicos (álcool, drogas diversas). Assim, identificou-se que na relação pais e filhos, ambos não tem interesse em manter contato, fato esse que é indiferente se for por questões econômicas ou amorosas, como nos coloca **M 3** que afirma que nenhuma de suas filhas gostam do pai, que aparece de vez em quando para incomodá-las: *“as meninas agora, nenhuma gosta dele. A mais pequena NÃO PODE VÊ ELE NA FRENTE, se encontrá ele na rua ela finge que nem vê”*. A genitora complementa que não educou a filha assim, que outras pessoas criticam a atitude da filha, mas que ela não pode fazer nada para mudar isto: *“muita gente diz que é pecado, mas não adianta! Eu falo, desde pequeninha ele abandonou ela e maltratava ela e por isso, ela não gosta dele”*.

A falta de atenção do pai traz como consequência a impossibilidade de o filho identificar-se com ele para estabelecer a própria identidade masculina; do mesmo modo, o filho não se sente suficientemente firme e confiante com a presença do pai, para que possa passar ao estágio adulto. Ou ainda, o exemplo de um pai violento, fraco ou sempre bêbado repugna ao filho ao ponto de levá-lo à recusar decididamente a identificação com o masculino; ele se empenha então não somente em desprezar o pai mas não assemelhar-se à ele de maneira alguma (CORNEAU, 1991, p.24).

Não se pretende afirmar que a ausência paterna vai surtir o mesmo efeito no desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes, de forma generalizada, mas sim, que nos casos das famílias entrevistadas, a falta de um pai presente nas suas responsabilidades paternas causa revolta tanto nos filhos como nas mulheres.

Por outro lado, a saída do pai do lar ocasionou benefício para algumas famílias, como demonstram:

M 1: *“Moramos num barraco, num morro e a minha casa tá lá fechada. Mas estamos em paz!”.*

M 13: *“Hoje tá sendo maravilhoso! Final de semana a gente sai, vai pra praia. Os meninos são muito grudados comigo, olha, devia ter me separado antes!”.*

As mulheres, em sua maioria, tiveram que recorrer a atendimento sócio-jurídico gratuito para pleitear pensão alimentícia e mesmo assim não tiveram êxito. Algumas delas recebem precária ajuda financeira dos ex-companheiros para a criação de seus filhos, como nestes casos a seguir:

M 6: *“Oh, tô sem água encanada, a casa tá caindo, tá toda podre ela não prende nem o chão. Pra beber ele tem, pra gastar com as outras ele tem, pra dá pros filho pequeno... O direito não é pra pegá o menino? Eu quero o dinheiro da pensão, eu não fiz sozinha, né? To criando sozinha, sofrendo tudo!”.*

M 7: *“O segundo faz um ano que ele não vai mais atrás do filho (olhos cheios de lágrimas novamente) graças a Deus! (risos)”.*

As mulheres reclamam que após a sentença determinada pelo juiz, os pais não cumprem com o seu dever e que mesmo assim, não acontece nada com eles:

M 1: *“O pai dos mais velhos paga um mês e fica de três a quatro meses sem pagar. Diz que pensão alimentícia vai pra cadeia, quero ver alguém que foi pra cadeia!...”*

M 4: *“Ele foi vê o filho e disse que não ia me dar dinheiro porque não tinha... Já era pra ele te dado. Eu digo que ele vai pegá um xilindró, mas ele diz que não tem medo, que tem advogado e que o patrão dele tem advogado pra ele”.*

M 15: *“Olha! Desde que o digníssimo se separou que a gente se separou judicialmente foi estipulado e tudo que faz uns três anos e pouco... durante esse tempo, acho que faz uns três ou quatro meses e só, ele depositou R\$ 50,00 mas assim, só quando dá vontade... R\$ 50,00 prá sustentar três filhos...”*

Devido à urgência diária das necessidades básicas (alimentação, moradia, etc.), as mulheres demonstram estar cansadas e desmotivadas à procurar pelos seus direitos, porque o processo a ser concluído é demorado e também porque após a sentença estabelecida pelo juiz, os pais continuam a não cumprir a lei. Uma das mulheres (**M 15**) disse ter sido muito prejudicada pelo seu primeiro advogado, conforme ela, o profissional estava recebendo um dinheiro extra do ex-marido para que ficasse “enrolando” o processo: *“tive a primeira*

audiência no Fórum e o meu advogado não foi e o advogado dele (ex) também não foi". Resumidamente, o juiz determinou que **M 15** trocasse de advogado e lhe indicou uma mulher, acreditando na melhoria de sua situação, pois conforme ela a advogada *"vai lutar e fazer alguma coisa"*.

Essas situações são rotineiras na sociedade, devido ao número de separações e das irresponsabilidades cometidas pelo ser humano, que acabam entrando no "jogo do empurra-empurra" das instituições públicas. Uma das outras mulheres (**M 9**) informou que ela havia conseguido um advogado, porém, ele passou o processo para outro advogado por motivos que ela desconhece e que segundo ela, não foi procurar o outro advogado porque teria que contar novamente a sua história e já estava cansada de fazer isto: *" mandou eu procurar outro advogado, mas daí tinha que contar a minha história de novo e não fui procurar"*.

Conclui-se que a falta de recursos financeiros para contratar um advogado impede que essas mulheres sejam vitoriosas em seus processos de pensão alimentícia. A lentidão dos processos judiciais também propicia que estas mulheres desistam de procurar pelos seus direitos.

Há também as mulheres que preferiram não manter nenhum contato com o ex-companheiro, alegam que se ele não contribuir no orçamento familiar não terá direitos sobre a sua vida e a de seus filhos e elas podem viver tranquilamente, porque se incomodaram muito com ele e preferem chefiar sua casa: **M 13**: *"Não, porque eu quis... é muita incomodação e aí um mês tem pra dá e aí outro mês não tem, e já começa a dizer eu só quero andar na gandaia, sabe? São pessoas que não entendem pra que serve o dinheiro"*.

No geral, os ex-companheiros das mulheres entrevistadas têm exercido um papel voltado para suprir o lado econômico do que afetivo ou paternal. Todas se posicionam como aquelas que superaram todas as dificuldades existentes e criaram seus filhos sozinhas.

A questão paternal não é vista por elas como importante, pois ao falar do ex-companheiro relembram o passado infeliz que tiveram ao lado dele. Quando questionadas se pensaram por algum momento de suas vidas em deixar os filhos morando com o pai, antes mesmo de chegar à resposta central, as genitoras enfatizavam primeiramente que os seus filhos são muito amados por elas: **M 8**: *"Não, apesar das dificuldades eu amo os meus filhos"*.

Diante dessa questão, receberam-se respostas variadas, sendo que de um lado estão as mulheres que não aprovam que os filhos saiam de casa para conviver com o pai:

M 5: “Nunca pensei, sabe porque? Porque faz vinte anos que eu sou separada e depois que me separei ele nunca veio dá uma bala pros filho”.

M 6: “Não aceito. Porque ele bebe demais, sai a noite, vai pros bar, daí não dá! Eu não entrego os meus meninos, os meus bebês, eu não saio a noite, não deixo as crianças sozinhas”.

M 7: “Não. Ai, porque a gente é referência nos quatro, eles me tem como referência... eles não teriam o pai como referência”.

M 10: “Não, se eu pôs eles no mundo... são meus e ninguém e nem pai deles pode falar nada”.

Percebe-se nelas certo orgulho por estar conseguindo criar os filhos sozinhas, identificando-se como pessoas fundamentais no ciclo familiar. Há também as que preferem deixar que os filhos escolham o que é melhor para eles:

M 4: “Eu já pensei em mandar, principalmente o R porque eu sei que ele sente falta do pai porque ele quer as coisas”.

M 11: “Eles nunca quiseram o pai. Eu pensava se eles quiserem podiam ir, mas eles preferiram ficar comigo”.

Em contrapartida, nessas respostas houve mães que disseram que a escolha de ir morar com o pai ou não são dos filhos, porém, os mesmos sofreriam as conseqüências sozinhos porque elas (mães) ficaram decepcionadas. As mães querem ser reconhecidas pelos filhos e querem que eles lhes agradeçam por todo esforço que fizeram para criá-los:

M 9: “Acho que não... se elas quiser... não adianta! Tu vivesse a tua vida toda cuidando deles, passando o pior quando eles eram neném, leva no médico, tudo isso eu passei sozinha. Ninguém me deu nada, não!.

Houve um caso específico em que um dos filhos de **M 13** quis morar com o pai, mas segundo a mãe ambos tiveram uma conversa muito séria, porque ela não achava justo o menino depois de crescido querer ir morar com o pai: “Eu falei prá ele que passei muito sufoco e tu quer ir morar com o teu pai? Pode ir, mas se tiver doente não me procura, se precisar de carinho (balança a cabeça negativamente) esquece a mãe. Porque sofri, eu

apanhei, eu me arrebentei toda! Eu lutei desde pequeninos com vocês pra depois crescerem, serem um homem pra querer morar com o pai de vocês. Aí dói muito!”.

Esta mãe deixou muito claro a insatisfação de ver o filho querer morar com o pai, mas após a conversa o filho entendeu que o melhor lugar para ele morar é com a mãe: **M 13**: *“Isso nunca passou pela minha cabeça, perai, vamos conversar! Aí ele tirou a idéia da cabeça. Mas nas férias e no final de semana eles querem conversar com o pai, eles vão. Eu não proíbo jamais, mas só pra passear, prá morar não”.*

Sabe-se que a criação dos filhos e a questão econômica não são os únicos fatores estressantes dessas mulheres. O próximo item terá como foco inicial entender quais os motivos que levaram as mulheres chefes de família cadastradas no PETI a não se prevenirem em relação a uma gravidez indesejada.

2.5 AMOR MATERNO: MITO OU OBRIGAÇÃO?

Percebe-se no decorrer da pesquisa que algumas das mulheres entrevistadas tiveram mais de um relacionamento, embora todos eles tenham sido consideravelmente fracassados, as mulheres engravidavam de seus companheiros e por fim, ficaram com a responsabilidade de criar os filhos. É nessa perspectiva que se questiona o seguinte: “Por qual razão uma mulher que não deseja ficar grávida não utiliza contraceptivos ou não o faz de forma consistente?”.

Ao longo da história o amor materno foi concebido como instinto e nos tempos atuais predomina a idéia de que é parte da natureza feminina. A sociedade que atribui ao sexo feminino a procriação do ser humano e quando a mulher engravida, ela instintivamente deve estar preparada para aceitar, cuidar e amar seu filho até o último dia de sua vida; “aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas a sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de exercer” (BADINTER, 1985, p.13).

Embora a maternidade seja uma realização insubstituível, a mesma continua sendo um desafio, principalmente quando se trata de criar os filhos em meio a tanta violência interna e externa no grupo familiar.

Há uma grande pressão mesmo que inconsciente da sociedade que obriga a mulher a optar por ter filhos, fato esse que independe da situação econômica familiar atual. Assim, o ato de parir uma criança e depois amá-la pelo resto da sua vida é uma consequência

naturalizada pela sociedade, ou seja, culturalmente a sociedade impõe à mulher a maternidade como um fator primordial para ela.

Embora as mulheres ao longo de sua história tenham conquistado e continuem conquistando seu espaço econômico, social ou político perante o ser masculino, elas ao se tornarem mães por espontânea vontade ou não se deparam com o mito do amor materno. Assim, “os mitos fazem parte do nosso patrimônio cultural, deles estamos impregnados involuntariamente, e os sugamos com o leite materno” (SERRURIER, 1993, p. 61), pois o ser humano não é capaz de viver de outra forma.

Assim, a maternidade se torna parte da natureza feminina e o ser feminino é a única pessoa capaz de fornecer todo o cuidado que uma criança necessita. O mito do amor materno ignora a fragilidade da mulher que ao dar a luz a uma criança se vê desorientada nos cuidados básicos na criação de seu filho e ao longo de suas vidas, essa mulher será vista aos olhos da sociedade em geral como uma mãe que fez o possível e o impossível para criar seus filhos.

Por outro lado, há mulheres que optaram por não ter filhos e elas muitas vezes têm dificuldades em explicar que a maternidade não faz parte do seu projeto de vida e há também outras mulheres que se arrependeram de terem tido filhos. Assim, na maioria dos depoimentos das mulheres chefes de família, o acúmulo de atividades e a responsabilidade em relação à sobrevivência e educação dos filhos, a insatisfação e o cansaço físico e emocional se tornaram perceptíveis com relação ao desejo de serem mães ou não. Conforme elas:

M 2: *“Hoje se pudesse teria menos, a gente tinha essa noção de ter bastante filhos para que quando ficasse velho pelo menos um cuidasse da gente. Hoje não teria mais nenhum, quem dirá sete! É que as dificuldades são grandes”.*

M 5: *“Se fosse pela minha vontade teria só uns dois filho, mas já que eu ficava grávida eu assumia”.*

M 8: *“Nenhum foi planejado...Eu acho que não teria nenhum, com a cabeça que eu tenho hoje eu acho que não teria nenhum e meus filhos são maravilhosos!”.*

M 11: *“Não teria mais filho se pudesse”.*

Identifica-se em suas falas que elas atribuem o fato do nascimento de seus filhos por falta de escolha ou opção. Mesmo porque, quando questionadas se teriam mais filhos ou não, a maioria alega que há muitas dificuldades econômicas e educacionais para se criar um filho e por isso, não desejariam aumentar a sua prole e se tivessem condições de voltar ao passado, algumas teriam somente um único filho e outras não os teriam:

M 1: *“Não, com certeza ficaria somente na primeira filha. Só teria um outro filho se tivesse condições para criar, porque hoje é tudo muito difícil”.*

M 10: *“Não, não teria nenhum. Não por eles, mas porque a educação hoje em dia tá muito difícil, hoje em dia os filhos tão ficando muito soltos e não tem como controlar porque não pode ficar em casa”.*

M 15: *“Não, nenhum... nenhum. Eu acho assim, com tudo o que eu tô passando hoje em dia, não... não teria”.*

M 16: *“Eu não teria mais nenhum filho, porque filho dá muito trabalho, meu Deus imagina criar quatro filho hoje trabalhando duas vezes na semana”.*

Embora culturalmente prevaleça o mito do amor materno, na realidade muitas mães encontram-se nessa mesma situação. Há uma naturalização dos papéis do ser homem que deve ser o provedor da família e o do ser mulher que estabelece que a maternidade seja a principal atribuição da mulher, que a mesma deve ter satisfação na criação dos filhos, da casa, e que deve também ser amável, dócil, frágil, enfim, características que não imponha autoridade sobre o homem.

O que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais (FARIA e NOBRE, 1997, p. 04).

Contudo, não se quer afirmar que as mulheres entrevistadas não amem seus filhos, muito pelo contrário, o que se questiona é fato das mulheres chefes de família estarem satisfeitas ou não em criarem seus filhos, principalmente porque muitas foram abandonadas pelo ex-marido/ companheiro, com exceção das mulheres viúvas.

Porém, percebe-se nas respostas dadas por estas mulheres que poucas delas optaram ou planejaram pelo menos a primeira gravidez, fato esse constatado nas respostas de **M 1** *“demorei dois anos para conseguir engravidar da minha primeira filha, que foi muito desejada”* e também **M 7** confirma que sua primeira filha foi segundo ela, *“muito bem planejada”*. Apenas uma mulher (**M 12**) diz estar satisfeita com o número de filhos que tem atualmente, não modificando esta parte de sua vida, conforme ela, *“se tivesse que mudá eu não queria não. Pelo menos na parte dos meus filhos não ia diminuir não ia fazê nada não,*

Deus me deu eles porque eu iria mudar, daí eu digo não!". (risos). Esta mãe está com quarenta e quatro anos, tem três filhos (10, 12 e 16 anos) e até outubro/2006 estava grávida de cinco meses, demonstrou felicidade com a gravidez, embora conforme ela esteja passando por dificuldades diversas.

Ainda na relação de optar por ter filhos ou não, **M 12** foi a única mãe que demonstrou claramente uma concepção que vem ao encontro dos pressupostos machistas incutidos na sociedade, ou seja, que toda mulher deve engravidar, caso contrário, é considerada como uma mulher "anormal", assim ela nos diz que: *"A mulhé não pode viver seca sem os filhos, não existe isso. Não são todas que conseguem ter filho e tem mulher aí que faz tratamento milionário e não tem...é por isso que eu digo que filho não é pra qualquer uma e se vem pode agradecer a Deus, pede saúde porque algum objetivo tem na vida"*.

2.6 GRAVIDEZ E A SAÚDE DA MULHER

Quando questionadas se utilizavam algum método contraceptivo para evitar a gravidez, a maioria das mulheres comentaram que usaram por algum período a pílula anticoncepcional (oral), sendo este o mais comentado entre elas e por isso, será feita uma análise mais específica sobre este método. Assim, elas reclamaram que o uso da pílula anticoncepcional fazia mal a sua saúde, umas enjoavam muito quando o tomavam e até mesmo desmaiavam, como elas mesmas explicam:

M 4: *"Não me adaptava com ela, era enjoô, sentia muita tontura, vômitos... eu passava mal!"*.

M 5: *"Eu usei e o médico me proibiu de usar: A senhora deixa de tomá comprimido porque senão vai virar em... a senhora vai começá a desmaiá, a senhora não pode tomar!"*.

Outras mulheres apresentaram também problemas graves de saúde, cujo tratamento não permitiu que elas usassem a pílula anticoncepcional, e também pelo excesso de hormônio contido no corpo:

M 2: *"Não podia usar porque já tive câncer. O uso do anticoncepcional era impróprio para o tratamento que tive que fazer"*.

M 3: *“Usava comprimido e no último filho fiquei muito doente, passei muito mal e daí tive problema no peito três vezes, e não podia tomar o remédio. Só aquele remédio que era pro peito (mama), não podia tomar mais nada fora aquilo”.*

M 10: *“Não, eu não posso usar nada. Anticoncepcional não, nada que contenha hormônios eu posso usar, porque eu tenho muito excesso de hormônio, né... e aí eu já tenho que usar remédio pra diminuir o meu hormônio”.*

Antigamente a pílula continha altas dosagens hormonais e que consequentemente prejudicavam a saúde da mulher, havendo aumento nos índices de infarto, derrame, trombose e problemas no fígado. Por isso, no decorrer dos anos, houve a redução nas dosagens sem comprometer a eficácia do método, diminuindo os riscos à saúde. Assim, além de evitar a gravidez, os anticoncepcionais orais passaram a trazer benefícios para quem os utilizavam e dos quais foram listados pela ONU (1988), como queda de risco de câncer de ovário e do endométrio, cistos de ovários, diminuição de cólicas menstruais, entre outros²⁰.

Apesar da constatação de um número significativo de mulheres que não utilizam a pílula anticoncepcional, as mesmas dizem aprovar o uso do mesmo, a seguir:

M 3: *“As vezes eu aprovo, assim, porque é mais injeção que eu aprovo. Podia ter sido melhor naquele tempo se estivesse conhecimento”.*

M 5: *“Eu indicaria se não fizesse mal que nem pra mim, eu usava”.*

Além da pílula anticoncepcional como método preventivo da gravidez indesejada, há mulheres que tem consciência da necessidade de usar a camisinha como método de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), como expõe **M 2:** *“Aprovadíssimo. Não tanto o anticoncepcional, mas o uso do preservativo é fundamental na minha vida”.*

Sabe-se que as doenças sexualmente transmissíveis não têm rosto e nem endereço e por isso, qualquer pessoa pode ser contaminada se não tomar as devidas precauções. Essa mulher (**M 2**), faz refletir sobre uma realidade que vem aumentando significativamente entre as mulheres casadas. Ela ficou com seu companheiro durante 25 (vinte e cinco) anos, tiveram 07 (sete) filhos e na sua última gravidez, durante a realização do pré-natal descobriu que estava contaminada pelo vírus HIV, que segundo ela, foi transmitido pelo ex-companheiro, tendo como consequência o fim de um relacionamento considerável “estável”, como ela mesma expõe: *“Ele me deu um presente, o vírus da AIDS e acabou tudo! Soube na minha última*

²⁰ Fonte: Revista Claudia. Edição de Aniversário, São Paulo: Editora Abril, Out. 2006.

gravidez, na época estava fazendo o pré-natal por causa do bebê e então descobri que tinha o vírus e peguei meus filhos e saí de casa”.

Durante as entrevistas, percebeu-se que outras mulheres também demonstram ter consciência dessa realidade, como foi colocado:

M 7: *“Aprovo. Porque se dá prá você planejar direitinho, quando você quer um filho e quando você não quer, sabe?... Tanto que eu sempre falo pra minha filha, a preferência é camisinha pra não ter nada. Você não vê? o HIV tá aí, você não vê? A cara da pessoa não diz...”.*

M 9: *“Eu aprovo, porque senão a gente fica tendo muito filho por aí... eu por exemplo, já fechei a fábrica fiz ligadura, deu né, já chega de filho”.* (risos)

M 15: *“Aprovo que é uma maneira da gente evitar a gravidez e as doenças, né. Porque tem as camisinha feminina, masculina...”.*

A realidade mostra que as doenças sexualmente transmissíveis estão mais perigosas do que nunca, no início era a sífilis que assombrava, com o tempo apareceram a gonorréia e suas variedades resistentes ao tratamento (penicilina), nos anos 80 foi o herpes e finalmente a AIDS. Porém, deve-se considerar que essas doenças continuam a existir, mas a mídia tem dado menos espaço a que elas merecem²¹.

É extremamente importante que a população independentemente da idade, opção sexual, solteira ou não tenha cuidado com sua saúde e por isso, utilizem a camisinha (masculina ou feminina). Porque além de se prevenir das DST's também é uma precaução para não sofrer os diversos preconceitos existentes entre a população mal informada sobre as formas de contaminação. Conforme **M 2**, seu ex-companheiro tinha muito preconceito com a utilização da camisinha *“meu marido alemão, do interior achava que usar camisinha era coisa de prostituta e nem se comentava sobre camisinha”* e por consequência de sua doença sofre muito preconceito, tendo ao seu lado somente os filhos e amigos da ONG em que participa, e conforme ela: *“sofro muito preconceito por causa da patologia, vejo minha família separando as suas coisas da minha, prato, copo e os meus filhos não podem brincar com os primos direito. Eles não tão com a mente aberta”.*

²¹ Fonte: GALE, Jay. 1989

As informações veiculadas sobre a AIDS atingem de forma muito lenta a consciência das pessoas e por isso é preciso entender que qualquer indivíduo está arriscado a contaminar-se pelas DST's se não tomar as devidas precauções, pois

a camisinha funciona como um saco que coleta o sêmen e impede que ele entre na vagina. Além de ser um bom dispositivo anticoncepcional, ela protege contra as doenças sexualmente transmissíveis. (GALE 1989, p. 93).

Somente uma mulher diz aprovar outros métodos contraceptivos, conforme **M 1**: *“Aprovo, o DIU²² principalmente deveria ser o direito da mulher e a laqueadura também, dizem que tem direito mas não é bem assim”*. Como se pode constatar, a prevenção da gravidez não é uma questão de sorte, mas sim de planejamento. Mesmo porque essas mulheres demonstraram ter o mínimo de conhecimento dos métodos contraceptivos, destacando-se a pílula anticoncepcional (oral) e a utilização da camisinha que é fornecida gratuitamente em postos de saúde.

Por outro lado, não se tem a pretensão de culpabilizar essas mulheres por terem engravidado e por consequência de um número significativo de filhos não conseguem suprir as necessidades familiares. A questão aqui é porque sabendo das dificuldades elas não fizeram algo diferente com o novo relacionamento?

Antigamente não existia a questão do planejamento familiar, pelo contrário, quanto mais filhos o casal tivesse, mais valorizada sua família seria, devendo-se a “questão da mão-de-obra infanto-juvenil para a sobrevivência familiar de muitos, símbolo de vigor físico e vitalidade sexual para quase todos, garantia de preservação do nome e do patrimônio para alguns” (BARROSO, 1991 p.136).

Nos últimos anos, a concepção de família numerosa vem sendo modificada gradualmente, devido ao grande número de migração do campo para a cidade e da conseqüente condição de vida tornaram difíceis; ao número significativo de mulheres que inseriram-se ao mercado de trabalho, fazendo com que elas permaneçam longos períodos longe de casa, porém, não aumentando o número de creches e/ou locais que forneça cuidado gratuito e devido também às modificações nas relações econômicas e até mesmo afetivas entre pais e filhos e outros fatores que contribuem para que a sociedade reflita a questão do planejamento familiar²³.

²² O dispositivo intra-uterino, ou DIU, é um pequeno dispositivo de metal ou plástico que é introduzido no útero da mulher por um profissional de saúde. (GALE, 1989 p. 93).

²³ O Planejamento Familiar é um conjunto de cuidados de saúde que visa ajudar as mulheres e os homens a planejarem o nascimento dos seus filhos, a viverem a sua sexualidade de uma forma gratificante e sem o receio

No entanto, o planejamento familiar não se limitou à família e tornou-se uma questão política, na expectativa que muitos problemas sociais seriam resolvidos com a redução do número de filhos, principalmente nas famílias de baixa renda.

A proposta controlista era de diminuir o ritmo do crescimento demográfico. Argumentava-se que o crescimento acelerado agravava os problemas sociais e criava instabilidade política, pondo em risco a preservação do sistema capitalista (BARROSO, 1991, p. 140).

No Brasil, o planejamento familiar é visto na ótica do senso comum, sabe-se que a população mais vulnerável tende a ter um número significativo de filhos e nesta constatação supõem erroneamente que a causa da pobreza no país está associada à prole numerosa e não percebem que uns dos principais motivos das desigualdades existentes é causado pela má distribuição de renda. Sendo assim, a proposta do planejamento familiar é conservadora à medida que inibe o indivíduo a ter autonomia sobre suas vidas.

Havia, por parte do governo brasileiro, um discurso aparentemente convincente: defender a soberania nacional promovendo a não-ingêrência externas em assuntos de interesse nacional. Na prática, lançou-se mão de um certo *laissez faire*, possibilitando o ingresso de largar somas de fundos que foram canalizadas para entidades privadas (CORRAL, 1996, p. 103).

Cabe a mulher ter total autonomia sobre o seu corpo e sobre sua vida, tendo o direito de decidir sobre ter filhos ou não ter filhos. A mesma, porém, deve ter acesso aos métodos contraceptivos que lhe são legalmente garantidos e acesso às informações.

2.7 MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA FRENTE ÀS DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentre as outras vulnerabilidades existentes entre as mulheres chefes de família, estão os problemas relacionados à saúde, como explicou uma das mães (**M 8**) que tem um filho de dezesseis anos com epilepsia e para ela é muito complicado lidar com esta situação. O adolescente de vez em quando tem que ir para o hospital de Porto Alegre/RS fazer exames, o que significa que os seus gastos são maiores do que é recebido, conforme ela: “até dia 08 de

de uma gravidez que, naquele momento não desejam. Além disso, o Planejamento Familiar ajuda no diagnóstico de casais que têm problemas de infertilidade, previne as doenças sexualmente transmissíveis e ajuda no diagnóstico precoce de algumas formas de câncer de mama e de útero. Disponível em: http://www.apf.pt/temas/tema_5F201.htm. Acesso em: 15 jan. 2007.

janeiro de 2007 eu vou ter que voltar porque já tá agendada outra consulta, o médico pediu... então pra tudo isso preciso de dinheiro". A genitora diz que o filho quando era criança tomava o remédio que amenizava os ataques epiléticos, mas que nos últimos meses não tem surtido o mesmo efeito e por isso, ela não está mais conseguindo ter autonomia sobre sua vida: *"eu tenho vontade de abri um salão, mas não tenho tempo de me aperfeiçoar, com a doença do 'G' a gente se prende muito"*. A genitora recebe ajuda do seu genro que uma vez ou outra fornece as passagens rodoviárias para Porto Alegre e também recebe ajuda do ex-cunhado que paga o plano de saúde para o adolescente, caso contrário, a situação de ambos (mãe e filho) estaria pior.

É garantido através do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei 8.080/90) o acesso gratuito de ações e serviços que sejam voltados na promoção, proteção e recuperação da saúde do cidadão. O SUS é um sistema único porque integra os mesmos princípios e diretrizes em todo o território nacional, tendo como diretrizes a universalidade (acesso aos serviços à saúde é direito de todos os cidadãos, sejam eles públicos ou privados) e a equidade (acesso ao atendimento é direito de todos de maneira igualitária, devendo respeitar cada caso de saúde do usuário).

Na situação de **M 8**, percebe-se que os direitos de seu filho estão sendo violados, conforme preconiza o ECA, especificamente no artigo 11²⁴. O adolescente em questão tem acesso aos serviços de saúde porque tem um plano médico que lhe facilita o direito ao tratamento. Assim, constata-se que a universalização excludente baseia-se na privatização dos serviços de saúde, que deixa uma boa parte da população em situação de atendimento mínimo. A lógica é que o Estado diminua seus serviços perante a sociedade e que a mesma só terá serviço de qualidade se pagar por eles.

Questão essa também identificada na vida de **M 5** que precisa fazer seções de fisioterapia e até o dia da realização da entrevista, ela foi até a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e do Desenvolvimento Social conversar com a assistente social para conseguir tratamento fisioterápico. **M 5** tem dores fortes no braço e diz não ter condições de pagar pelo tratamento. Segundo ela, faz mais ou menos um ano que está na fila de espera pelo posto de saúde e que o remédio que precisa tomar tem que ser comprado por

²⁴ Lei Nº 8.069/90: Art. 11 – É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º - Incumbe ao Poder Público fornecer gratuitamente aqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento habilitação ou reabilitação.

ela, porque o posto não fornece: *“o médico disse que eu tenho que fazer dez seções no braço não tenho condições de pagar a fisioterapia que é R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)”*.

Diante do exposto, percebe-se que o Estado na busca da diminuição de sua responsabilidade, torna-se um Estado mínimo, tendo como consequência a exclusão de grande parte da população.

Outros problemas também foram apresentados, como medo do ex-companheiro aparecer, deixar os filhos sozinhos, limitação do cartão de passe fornecido pelo PETI para que as crianças e adolescentes frequentem ações sócio-educativas e de convivência:

M 3: *“Quando aquele homem aparece, tenho medo que de ele pegar minhas coisas”*.

M 7: *“Deixar os meus filhos sozinhos, um dependendo do outro, cuidando do outro até a hora da noite em que chego em casa”*.

M 13: *“Quando termina o cartão do PETI porque ficam em casa, e é um prazer eles frequentarem a APAM porque pelo menos tem alguém olhando, tão dando comida e eu trabalho tranquila”*.

Esses problemas dificultam o dia-a-dia das mulheres que não conseguem se dedicar totalmente ao trabalho, ao prazer de cuidar de si próprias, como conta **M 15:** *“me entristece no dia-a-dia é quando não consigo ter um momento só meu, pra não fazer nada, não tem... é frustrante”*.

Um dos objetivos desta pesquisa é identificar o que as mulheres pensam sobre suas vidas, ou seja, como elas se percebem dentro do meio social em que “sobrevivem”. Para isto, perguntou-se a elas qual é o sentimento de dar conta de tudo sozinhas, o que refletiu em pontos positivos, como:

M 4: *“Eu me sinto uma guerreira e também cansada porque é bem estressante”*.

M 11: *“Eu me sinto feliz, tanto que esteja com saúde... tô dando conta, bem ou mal tô dando conta!”*.

M 13: *“Me sinto uma mulher realizada, guerreira porque achava que não tinha capacidade de criar meus filhos sozinha, me sentia inútil” Mas veio uma força em mim e disse tu tem que lutar pelos teus filhos... ou luta ou morre tudo!”*.

Outras, porém, demonstraram um desgaste físico e emocional, contribuindo mais uma vez para a concepção do amor materno ser um mito, conforme:

M 6: *“Até agora eu não tô dando conta quase, não tô dando conta mesmo!”.*

M 9: *“As vezes dá vontade de sumi, de abandoná tudo. Tu vai pedir ajuda e não tem, pede pro outro e não tem.. as vezes dá vontade de robá, sabe? De pegá uma aí e robá mesmo, tu vai robá vai preso”.*

M 10: *“É bravo! Porque não posso contar com ninguém, sou só eu”.*

M 15: *“Nossa arrasada! Tem dias que vou deitar e só tenho vontade de chorar de tristeza”.*

No decorrer do estágio desenvolvido no PETI e após a realização das entrevistas com as mulheres chefes de família, percebeu-se o quanto estão sozinhas e até mesmo abandonadas de todos os lados (ex-companheiros, instituições, etc.). Frente à vida dessas mulheres, percebe-se um Estado ineficiente às demandas como saúde, educação, fome, moradia, entre outras. Independentemente da área em que precisam dos serviços públicos, é notável a insatisfação delas ao terem que recorrer a eles, porque muitas vezes os serviços solicitados por elas são frequentemente negados, conforme:

M 4: *“Preciso de uma doação em tudo... a gente se explica, se explica e recebe aquele não, não!”.*

M 16: *“As vezes vou lá no sócio-familiar ou no conselho pedir cesta básica mas eles falam que não tem”.*

As mulheres, de acordo com Giffin (1991, p.78) são as mais responsabilizadas pelo cuidado da casa, da alimentação e da saúde dos membros da família, são mulheres dos bairros pobres que sofrem, no seu trabalho cotidiano, os efeitos mais diretos da moradia inadequada e da falta de bens e serviços públicos.

O Estado vem sendo cada vez mais mínimo na efetivação de políticas públicas consistentes que trabalhem na perspectiva da emancipação do indivíduo. Frente a esta inoperância estatal, as mulheres chefes de família em sua maioria recorrem a outras instituições, sendo a mais citada por elas, a igreja:

M 6: *“Recorro na igreja. Na Igreja Adventista, mas eu faltei, tem que participar dos culto...”.*

M 7: *“Sempre vou na minha igreja e peço pros meus irmãos da igreja sempre! Porque na Igreja Adventista do 7º dia a gente tem uma emergência de alimentos, então quando falta... pra suprir os irmãos que estão necessitando”.*

A igreja independentemente da representação religiosa (católicos, espíritas, protestantes), aproveitam-se do convívio natural da religião, reativam laços com o indivíduo com base na solidariedade. Devido a fragilidade do ser humano que se encontra em situação vulnerável, a igreja se torna o local mais seguro para amenizar seus problemas.

A Igreja é sempre uma porta que acalenta a esperança. Através de seus programas pastorais representa um suporte espiritual, mas especialmente um suporte emocional, afetivo e material. É a escola para aprender a viver na cidade, um canal de organização para conquista de serviços públicos, um canal de convivência a partir do culto: um espaço de lazer, de cura dos doentes e de uma assistência social que, embora muitas vezes paliativa, é próxima e mais acessível. (CARVALHO, 2000, p. 98)

Além da igreja, há mulheres que recorrem à ONG²⁵, como é o caso de **M 2**, ela realiza trabalho voluntário (palestras de conscientização de DST's) e quando precisa recebe ajuda da instituição: *“tenho ajuda de um pessoal, que faço trabalho voluntário numa ONG no CEAPA e quando preciso peço ajuda... quase sempre me ajudam com uma cesta básica”*.

Assim, pode-se dizer que “a família nuclear é quase subsumida pela família ampla, formada por contrerrâneos” (CARVALHO, 2000 p. 96). Outras formas de suprir as necessidades são através dos vizinhos e parentes como:

M 9: *“Recorro os outros, vizinho... pedi arroz, açúcar... o vizinho que mais me ajuda são esses aqui da frente que são crente, né... que sabe o que eu passo aqui dentro”*.

A partir das respostas dessas mulheres juntamente com suas reações presenciadas pela pesquisadora, pode-se identificar que elas não reconhecem os órgãos públicos como instituições responsáveis pelo “Bem Estar Social”, um bem próprio. Essa questão pode estar correlacionada à concepção Estatal que responsabiliza a família “por sua pobreza e comportamento social” (MINUCHIN, COLAPINTO e MINUCHIN, 1999, p. 35).

No Brasil, recorrer aos direitos constitucionalmente garantidos significa para elas pedir “ajuda”, ao mesmo tempo é como se a sociedade as identificassem como pessoas incapazes de suprir a subsistência familiar, sem entender o contexto sócio-econômico em que estão inseridas. Por isso, apresentam outras formas consideradas por elas como dignas:

²⁵ As ONGs são organizações privadas em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores sociais privados de seus direitos. Caracterizam-se por serem autônomos diante do Estado, das igrejas, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Seu principal compromisso é com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo (PAZ, 1999 p. 98).

M 1: *“Corro atrás de trabalho, me ofereço a trabalhar quase de graça, quebro pedra por R\$ 100,00 e até já fiz faxina por R\$ 10,00”.*

M 10: *“Eu procuro viver das minhas próprias forças conforme dá. Não é de mim pedir ajuda pros outros (neste momento sua expressão aparenta que pedir ajuda aos outros é uma vergonha)”.*

M 15: *“Eu evito o máximo, porque senão ficam cobrando e nunca gostei que as pessoas ficam dando palpite na minha vida”.*

Finalmente, por não se identificarem com os órgãos públicos, as mulheres tiveram dificuldades em fazer sugestões aos políticos, órgãos públicos para melhorar a situação em que se encontram questão esta que finaliza o questionário.

M 1: *“Gostei da proposta do Presidente: colégio em tempo integral, mais creches porque tem pouca creche na cidade”.*

M 2: *“Moro no Pântano do Sul e lá não tem projeto e precisa pra gente ta aprendendo. Projeto social tem muita discriminação, eles encaixam a mãe da secretária de não sei quem e a favelada não entra”*

M 7: *“A gente ta encontrando dificuldade com as crianças que se formam na 8ª série, é difícil conseguir vaga no colégio. Então mais vagas pros colégios”.*

M 10: *“Tinha que ter mais creches para as crianças não andarem na rua e pra elas ocuparem o tempo e não viver no meio dessas pessoas que só fazem o mal pros outros”.*

Percebe-se que existem várias questões que devem ser modificadas e consequentemente melhoradas para que as mulheres chefes de família se sintam menos pressionadas com as exigências constantes as quais são submetidas.

Assim, as políticas voltadas às mulheres devem estar atentas às situações de vulnerabilidades em que as mesmas se encontram, tanto por elas serem mulheres quanto por serem chefes de família, porque as desigualdades sociais existentes são em muitas vezes relacionadas ao gênero, como por exemplo, as diferenças salariais entre homens e mulheres quando exercem a mesma função.

Em se tratando de mulheres chefes de família, pressupõe-se que se devam oferecer programas sociais voltados na identificação das necessidades das mesmas, assim como ampliar as creches nos bairros, escolas no período integral e também para adolescentes que cursaram o 2º grau, em períodos diurnos e noturnos, entre outros.

Também há uma necessidade para que as leis existentes no Brasil sejam cumpridas, mesmo porque como foram citadas anteriormente, essas mulheres não recebem nenhum auxílio (pensão) dos seus ex-companheiros para o sustento de seus filhos. E finalmente, a necessidade de planejar programas e projetos que visem o incentivo à geração de trabalho e renda, com a finalidade de que as mulheres possam futuramente se auto-sustentar. Para isso, é necessário pesquisar quais são as situações em que estão inseridas, enfim, entender o contexto econômico, político e social para posteriormente fornecer ações que sejam eficazes para estas mulheres.

Como afirma Carvalho (1998, p. 90), independentemente da política que se implemente, é importante ressaltar que qualquer ação tem que levar em consideração as realidades locais, o cotidiano das mulheres trabalhadoras e as suas necessidades mais prementes.

Especificamente na região sul de Florianópolis podemos identificar que não há existência de projetos que forneçam capacitação profissional às mulheres chefes de família e até mesmos aos pais e/ou responsáveis. Ao contrário, os projetos realizados de geração de trabalho e renda são muitas vezes localizados em áreas distantes e que automaticamente impedem o acesso dos usuários de bairros distantes. A exemplo desta questão está no Curso de Panificação realizado na Cidade da Criança pela Prefeitura Municipal de Florianópolis desde o início de fevereiro/2007 para as famílias de baixa renda e que sejam atendidas por algum Programa da Prefeitura, como: PETI, Sentinela, POASF, Liberdade Assistida, entre outros para que tenham acesso a um curso profissionalizante. No entanto, a inserção destas famílias no curso não se dá de forma adequada, sendo que inicialmente são impostos critérios, como idade, sexo, não estar trabalhando, etc. Por outro lado, geralmente as famílias beneficiárias pelos cursos profissionalizantes são as que residem próximo a Cidade da Criança, isto porque a Prefeitura alega não ter recursos financeiros para custear o transporte de pais e/ou responsáveis moradores de outras regiões. Consequentemente, as mulheres chefes de família aqui pesquisadas demonstram esta realidade, sendo que nenhuma delas nunca foi convidada ou comunicada sobre a realização do curso. É nesta dificuldade de acesso aos projetos, programas ou instituições públicas que vivem estas mulheres e por vezes encontram-se desmotivadas, com pouca ou nenhuma perspectiva de vida, como elas demonstram em seus depoimentos:

M 8: *“Tem muita coisa... é um saco aquele horário político! Na verdade nenhum presta e ao invés de eles fica se atacando, deveriam mostrar realmente quais as propostas”.*

M 9: *“Político não adianta! Não adianta pedir ajuda pros políticos eles só prometem mas eles não faz, não faz... são tudo ladrão!” (neste momento ela começa a chorar).*

Estas mulheres demonstram quanto são desprovidas de conhecimento dos seus direitos, ou seja, há uma falta de conscientização em relação aos direitos e faz com que muitas vezes tenham que recorrer aos amigos, parentes, ONG’S para suprir suas necessidades básicas e constitucionalmente asseguradas. Fato este notório, devido à falta de sugestão para políticos, instituições públicas, ou seja, não sendo exposto no espaço reservado a elas para que sugerissem melhorias voltadas à realidade delas, enquanto chefes de família. Há falta de mobilização política dessas mulheres que isoladamente demonstram suas necessidades diárias e por vezes constatamos as necessidades apresentadas por elas são muitas vezes necessidades coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de Curso abordou várias temáticas relevantes referentes às mulheres chefes de família cadastradas no PETI e residentes na região sul de Florianópolis. Através do estágio curricular e após a realização das entrevistas com essas mulheres, foi possível observar aspectos importantes da realidade dessas famílias que vivem em meio as desigualdades sociais existentes no mundo.

Destaca-se a relevância da escolha metodológica da análise do Cadastro Familiar PETI que contribuiu para a identificação de uma base quantitativa das mulheres chefes de família e também qualitativa, proporcionando aspectos subjetivos.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil traz pontos positivos e negativos, porque incentiva crianças e adolescentes largarem as ruas para voltar às salas de aula para estudar, erradicando o trabalho precoce e incentivando a educação como a ferramenta principal para que as histórias dessas crianças e adolescentes possam ser modificadas. Melhora, mesmo que de forma irrisória, o orçamento de suas famílias que são carentes no que se refere às situações econômica, social e emocional e vêm no benefício do Programa uma forma de subsistência familiar. Desta forma, percebe-se que o Programa para as Famílias Chefiadas por Mulheres é fundamental para a subsistência familiar, porque seus filhos que antes trabalhavam de diversas formas (vendendo doces e salgados, como engraxates, esmolando, como doméstica, babá, entre outras) deixaram de trabalhar para então receber a bolsa do Programa.

Por outro lado, o PETI é um Programa de transferência de renda do Governo Federal focado na política seletista, assistencialista e principalmente excludente, porque a inserção de crianças e adolescentes se dá devido ao fato delas estarem inseridas no mercado de trabalho precocemente e cuja renda per capita familiar seja até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, conforme citado no decorrer da pesquisa. Em relação a tal aspecto, pressupõe-se que se a renda familiar seja superior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo a criança e/ou adolescente que estiverem trabalhando não serão inseridos no Programa. Nesse caso, as assistentes sociais se limitam a orientar a família, principalmente os pais e/ou responsáveis sobre os malefícios do trabalho precoce e encaminham as crianças e/ou adolescentes para ações sócio-educativas de convivência que devem ser freqüentadas por eles para que não retornem ao trabalho. Com relação a essa questão, percebe-se que o Programa atende a camada mais carente economicamente, esquecendo-se de crianças e adolescentes de classe média/alta que estão inseridos no mercado

de trabalho informal, por exemplo pequenos e médios empresários que colocam seus filhos precocemente para “ajudar” nos negócios da família, diminuindo assim o custo empregador X empregado (FGTS, INSS, Seguro-Desemprego, Carteira Assinada, entre outros direitos assegurados para o trabalhador). Nesse caso, muitas vezes o trabalho precoce é naturalizado na medida em que a criança e/ou adolescente está cuidando dos negócios da família, enfim, do seu futuro. Sob este aspecto, a criança e o adolescente parecem não ser provedores de direitos constitucionalmente garantidos, principalmente na Lei nº 8.069/90.

As mulheres chefes de família cadastradas no PETI no decorrer das entrevistas reclamaram muito das dificuldades existentes, porque estão muitas vezes sozinhas na luta pela sobrevivência familiar e também na educação dos filhos. Assim, o peso da responsabilidade que carregam ficou evidente em suas falas. Nas respostas obtidas, houve quase que um consenso por parte das entrevistadas ao listarem as seguintes dificuldades, como a falta de comida, desemprego, renda mínima ou inexistente, dificuldade no pagamento de contas, problemas relacionados à saúde (consultas, tratamento, aquisição de remédios), sem esquecer que algumas têm contato com o ex-companheiro e o mesmo aparece muitas vezes para incomodá-las, questão essa que as deixa extremamente estressadas.

Essas mulheres sofreram e algumas ainda sofrem com os ex-companheiros que na sua maioria não contribuem com o orçamento familiar na manutenção das necessidades básicas de seus filhos. Assim, são mulheres que tiveram casamentos conflituosos e que ao recordar o momento em que viveram ao lado de seus ex-companheiros demonstram muita mágoa, rancor, e por vezes, presenciaram-se choros destas mulheres que demonstram estar cansadas de enfrentar a vida.

O ex-companheiro para elas aparentemente tem a obrigação de pagar a pensão para os filhos, tendo em vista que elas não o “fizeram” sozinhas. Com relação à afetividade paterna não demonstram reações positivas, alegando que os ex-companheiros não eram carinhosos nem com elas e nem com os filhos, e por isso, não demonstram muita falta nesse sentido.

A questão do amor materno propriamente natural nas mulheres ao se tornarem mães, foi mais uma vez desmistificada, porque se deve levar em conta que a mulher antes de tudo é um ser humano cheio de contrariedades, que comporta sentimentos como amor e ódio, alegrias e tristezas, força e fragilidade. Contudo, a temática exige grandes reflexões, visto que é uma questão culturalmente imposta a mulher, não sendo fácil questionar em poucas linhas. Mesmo porque a questão central não é avaliar o grau de amor existente entre mães e filhos, mesmo porque durante as entrevistas e no estágio estas mulheres demonstraram que mesmo perante as dificuldades existentes tentam dar o melhor de si mesmas para educar seus filhos.

Assim, a questão central do mito do amor materno aqui pesquisado é que a mulher não é institivamente amorosa com seu filho, ou seja, o fato de tornar-se mãe não impede que ela tenha decepções com relação a maternidade, enfim, este amor passa a ser construído pela sociedade.

As mulheres demonstraram ter pouco conhecimento dos métodos contraceptivos e muitas vezes relacionavam a gravidez indesejada como se fosse algo que elas não poderiam evitar, assim, na medida em que ficam grávidas criam os filhos. Porém, muitas enfatizaram que usavam a pílula anticoncepcional, mas que a ela causava malefícios para a sua saúde.

Assim, conclui-se que as mulheres chefes de família estão praticamente sozinhas e desgastadas com as situações de extrema carência econômica, porque o acesso aos serviços públicos tem sido ineficiente no que diz respeito às suas necessidades diárias. Faltam creches, escolas de Ensino Médio no período noturno, saneamento básico e infra-estrutura nos locais em que residem, áreas de lazer, atendimento imediato dos postos de saúde e fornecimento de remédios. Assim, as políticas sociais públicas voltadas às famílias e principalmente às mulheres chefes de família são muitas vezes focalizadas em situações emergenciais, baseando-se numa triagem ao acesso de direitos que chega a ser desumana. Mulheres que tem que fazer o cadastro da pobreza para poderem assim garantir os seus direitos, como a alimentação através de fornecimentos esporádicos de cestas básicas, cartão de passe, entre outros.

A política social voltada para a família deveria proporcionar ao usuário uma perspectiva de vida, emancipando-o para que não ficasse dependente dos programas existentes. As mulheres demonstraram que na falta de um Estado de Bem Estar Social (visto que nunca existiu no Brasil) utilizam formas de sobrevivência, como se pode destacar: ajuda mútua entre vizinhos e parentes, doações de roupas e alimentação, trabalho em “bicos” ou ocupações mal remuneradas para aumentar a renda familiar, entre outras. Assim, recebem ajuda de ONGs e igrejas (independente da religião), transformando o direito ao acesso aos serviços públicos e de qualidade em práticas assistencialistas, tornando essas famílias dependentes dessas doações. Também se pode dizer que as políticas voltadas às mulheres são fortes instrumentos para a construção da condição de subordinação e discriminação em que se encontram.

Ressaltam-se assim as limitações existentes neste trabalho, mas que a temática da dura realidade das mulheres chefes de família deve ser divulgada devido ao índice significativo dessas mulheres, proporcionando assim a criação de políticas públicas voltadas para elas.

No sentido de reforçar os interesses dessa população pesquisada, o profissional de Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas, como afirma Yazbeck “a possibilidade da profissão colocar-se na perspectiva dos interesses de sua população alvo depende da construção de um projeto profissional coletivo que oriente as ações dos profissionais em seus diversos campos de trabalho” (p. 91).

Contudo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil além de erradicar e prevenir o trabalho realizado precocemente por crianças e adolescentes, tem como obrigatoriedade de desenvolver projetos voltados à geração de trabalho e renda para as famílias cadastradas no mesmo, fato este não ocorrente. Assim, estes dados aqui identificados devem ser incorporados no Programa para a realização de projetos voltados às mulheres chefes de família e que seja realizado próximo as suas residências para que as mesmas tenham acesso. Também interferindo na escolha dos cursos realizados voltando-se às necessidades das mulheres, assim, como os horários de realização. Especificamente na região sul da cidade de Florianópolis, identificamos que as mulheres chefes de família não tem acesso aos cursos profissionalizantes fornecidos pela Prefeitura e até mesmo por outras instituições, devido os mesmos serem geralmente realizados na região central da cidade e por serem famílias de baixa renda não tem condições de pagar pelo transporte. Concluímos que ao ser identificada a realidade e as necessidades existentes de determinada região proporcionamos aos técnicos envolvidos nos Programas existentes suporte para uma posterior intervenção.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Prata. **Manual dos Direitos Sociais da População**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1998.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social.

BRASIL, **Direitos da Mulher**. Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações. Brasília/DF 2004.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. **Coletânea de Leis – CRESS 12ª região**. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

_____. Lei Orgânica da assistência Social – LOAS. Lei nº. 8742 de 07 de Dezembro de 1993. **Coletânea de Leis – CRESS 12ª região**. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

_____. Da Ordem Social Constituição Federal de 1988. **Coletânea de Leis – CRESS 12ª região**. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Coletânea de Leis – CRESS 12ª região**. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

_____. Sistema Único de Saúde – Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. **Coletânea de Leis – CRESS 12ª região**. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

BARROSO, Carmen. A mulher, o planejamento familiar e a administração municipal. In: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas, 1991.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: **Serviço Social e Sociedade** (57). São Paulo, Cortez, jul. 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da política social. In: KALOUSTIAN S.M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: UNICEF, Cortez, 2000.

CARVALHO, M.C. **Gênero e Raça nas políticas públicas: experiências em Santo André**. In: RIBEIRO, M. (Org.). São Paulo: Polís, 2001.

CEVERNY, Ceneide Maria de Oliveira et al. **Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CORNEAU, Guy. **Pai ausente, filho carente**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CORRAL, Thaís. Controle de População no Brasil: o fracasso de um “sucesso”. In: SCAVONE, Lucila (Org.). **Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista. 1996.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004.

FARIA, N.; NOBRE, M. “O que é ser mulher? O que é ser homem? – subsídios para uma discussão das relações de gênero”. In: FARIA, N. & NOBRE, M. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo, SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 1997 (Coleção Cadernos Sempre Viva).

GALE, Jay. **O adolescente e o sexo** – um grito para os pais e filhos. Tradução de Maria Cristina Guimarães. São Paulo: Editora Best Seller 1989.

GIFFIN, Karen. A mulher, o planejamento familiar e a administração municipal. In: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal**. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

IBGE, **Censo Demográfico 2006**. Disponível em: www.ibge.org.br.

JORGE, Elias Antônio. Financiamento Setorial do SUS e a questão da municipalização da saúde. In: **Incentivo à Participação Popular e Controle Social do SUS**. Brasília. Ministério da Saúde, 1994.

LUIZI, Lis Verônica Vercillo; FILHO, Raphael Cangelli. In: CEVERNY, Ceneide Maria de Oliveira et al. **Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Identidade – NEP. Veras, 1999.

MARTINS, Valdete de Barros; PAIVA, Beatriz Augusto. A implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 73. São Paulo: Cortez, 2003.

MIELNIK, Isaac. **Os adolescentes**. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge e MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com Famílias Pobres**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. n. 55, São Paulo: Cortez, 1997.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/inst/fund/index.php>>. Acesso em: 04 dez 2006.

PAZ, Rosangela. As ONGs e o Trabalho do assistente social. In: **Cadernos CEAD/CEFESS**, vol. 2, Brasília: CEAD - UNB, 1999.

PEREIRA. – Potyara A. P. **Necessidades sociais e mínimos sociais**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. Uma Arena de Conflitos. In: **Revista Inscrita/CFESS**. Ano I, n. 11, Maio 1998.

PIRES, Cecília. **A Violência no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1985.

Política Nacional de Assistência Social (Versão Oficial) – encarte. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 80, Nov. 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Versão Oficial). Encarte. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 80, Nov. 2004.

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade**. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos – Programa Nacional dos Direitos Humanos – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. Florianópolis: Ioesc, 1999.

Revista Claudia. Edição de Aniversário, São Paulo: Editora Abril, Out. 2006.

SERRURIER, Catherine. **Elogio às mães más**. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1993.

SILVA e Silva, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelinda; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI**. A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: UNICEF, Cortez, 1994.

YAZBECK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **Cadernos de capacitação**. Brasília: CEFESS/CEAD/UNB. (199?)

ZAVARIZE, Estephani. A dura luta por um lugar ao sol. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jan. 2007. p. 30.

Bibliografia de apoio

<http://www.comciencia.com.br>. Acesso em: mar. 2006.

<http://www.oitbrasil.org.br/inst/fund/index.php> Acesso em: 11 out. 2006.

<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial>. Acesso em: 17 nov. 2006.

<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/texto-6-Integracao-PETI-PBF.doc/view?search=“peti”>
Acesso em: 17 nov. 2006.

<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/servicos-e-usuarios>
Acesso em: 17 nov. 2006.

<http://www.mds.gov.br/rede-suas/protecao-social-especial/centros-de-referencia-especial>
Acesso em :17 de nov. 2006.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/trabalha_mulher_responsavel.pdf . Acesso em: 05 out. 2006.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/perfil_trabalha_domesticos.pdf. Acesso em: 05 out. 2006

<http://www.domesticalegal.com.br/direitos.asp>. Acesso em: 31 jan. 2007.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhorendimento/pme_nova/trabalha_mulher_responsavel.pdf. Acesso em: 05 out. 2006, p. 16.

<http://conjur.estadao.com.br/static/text/8661,1> Acesso em : 20 de jan. 2007.

Fonte: Revista Claudia. Edição de Aniversário, São Paulo: Editora Abril, Out. 2006.

http://www.apf.pt/temas/tema_5F201.htm. Acesso em: 15 jan. 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.> Acesso em: 25 fev. 07.

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO E QUESTIONÁRIO – Pesquisa com mulheres chefes de família cujos filhos estão inseridos no PETI de Florianópolis

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____ declaro que participei espontaneamente da pesquisa realizada pela acadêmica de Serviço Social Cristiane Camargo, e que a mesma deverá manter sigilo na identificação.

Florianópolis/SC, Outubro/2006.

Assinatura

QUESTIONÁRIO

1. *Identificação:*

2. *Idade:*

3. *Procedência (cidade em que nasceu):*

4. *Até que ano foi na escola?*

5. *Tipo de ocupação (remunerada ou não).*

6. *Número de:*

Filhos (as): 01() 02() 03() 04() 05() 06() 07() 08() 09() 10()

Sobrinhos (as): 01() 02() 03() 04() 05() 06()

Netos (as): 01() 02() 03() 04() 05() 06()

7. *Nº de filhos/netos/sobrinhos que estão inseridos no PETI Fpolis:* 01() 02() 03()

8. *Com que idade casou (ou se juntou, ou fugiu)?*

9. *Como foi sair de casa para casar (se juntar?...):*

10. *Quanto tempo permaneceu casada (junta) ?*

11. *Quantos companheiros você já teve?* 01() 02() 03() 04() 05()

12. *Por que a união ou as uniões não deram certo? (motivo)*

13. *O número de filhos que você tem foi planejado ou se você pudesse, teria menos filhos? Se for NÃO, por que?*

14. *Em suas relações com homens, você usou algum tipo de contraceptivo?*

() pílula () DIU () camisinha masculina () tabelinha

() vasectomia () ligadura de trompas () camisinha feminina

() outros. Especificar:

15. *O que você pensa a respeito de métodos anticoncepcionais? Aprova, por que? Desaprova, por que?*
16. *Qual é a renda média que a família recebe por mês?*
17. *Deste dinheiro, o que para você e sua família, é prioridade?*
() Aluguel () Água () Luz () Gás () Alimentação () Roupas
() Outros. Especificar:.....
18. *O pai de seus filhos ajuda com alguma pensão ou outro tipo de ajuda? Com quanto?*
19. *O dinheiro proveniente do PETI é utilizado especificamente para o que?*
20. *Qual a maior dificuldade que você já passou em relação à sobrevivência?*
21. *Quando tem alguma necessidade, recorre a quem? (vizinhos, ou à uma Instituição Pública) (qual)?*
22. *Como você se sente, tendo que dar conta, sozinha do sustento da família?*
23. *Quais são as principais dificuldades que vê no dia-a-dia como responsável pela família?*
24. *Você acha importante seu filho estar freqüentando a escola? Por que?*
25. *Quais as principais dificuldades que você encontra na educação dos seus filhos?*
26. *Já foi pensada a possibilidade de um de seus filhos ir morar com o pai? Por que?*
27. *O que você sugere para os políticos ou Programas da Prefeitura para melhorar a situação das mulheres, chefe de família?*

ANEXO A – Cadastro Familiar

Programa de Eradicação do Trabalho Infantil - PETI
 Prefeitura Municipal de Florianópolis

CADASTRO FAMILIAR

Nº do cadastro:

Banco que recebe:

Data do cadastro: ____/____/____

Data de inclusão no PETI: ____/____/____

Nome da Mãe

DN: ____/____/____

CPF: ____ RG: ____ Grau Instrução: ____

Naturalidade: ____ Quanto tempo reside no Município: ____

Endereço: ____ Fone: ____

Está trabalhando: Sim () Não () Rendimento Mensal: R\$ ____

Carteira Assinada Sim () Não () Trabalho Informal ()

Local de Trabalho: ____ Ocupação: ____

Nome do Pai

DN: ____/____/____

CPF: ____ RG: ____ Grau Instrução: ____

Naturalidade: ____ Quanto tempo reside no Município: ____

Endereço: ____ Fone: ____

Está trabalhando: Sim () Não () Rendimento Mensal: R\$ ____

Carteira Assinada Sim () Não () Trabalho Informal ()

Local de Trabalho: ____ Ocupação: ____

NOME DO RESPONSÁVEL

DN: ____/____/____ NIS: ____

CPF: ____ RG: ____ Órgão Exp.: ____

Endereço: ____

Referência: ____

Telefones para Contato: ____

Está trabalhando: Sim () Não () Rendimento Mensal: R\$ ____

Carteira Assinada Sim () Não () Trabalho Informal ()

Local de Trabalho: ____ Ocupação: ____

Nome da Mãe do resp: ____

DN: ____/____/____

| | | | | |
|-----------------------|------------------------|------------------|-------------------------|--|
| Moradia | PRÓPRIA () | ALUGADA () | COABITAÇÃO () | CEDIDA () |
| | MADEIRA () | ALVENARIA () | MISTA () | PERÍODO () Sim () Não |
| | CASA () | APTO () | PISO () Sim () Não | Nº de pessoas que residam no domicílio _____ |
| | Banheiro | Nº de Quartos | Nº de Cômodos | |
| Abastecimento de Água | Rede Pública () | Foco () | | Nascente () |
| Iluminação | Relógio Próprio () | Rabicho () | | Sem Iluminação () |

| | |
|----------------------|----|
| Rendimentos | RS |
| Rendimento familiar | |
| Pensão Alimentícia | |
| Aposentadoria | |
| Outros - Especificar | |
| Total | |

| | |
|---|----|
| Despesas Relevantes | RS |
| Aluguel () ou Prestação casa própria () | |
| Outros - Especificar | |
| Total | |

| | | | | | | | |
|-----------------------|-------------|-------------|--------|------|-------|---------|---------|
| Configuração Familiar | () Pai | () Mãe | Filhos | | | Outros | |
| | Companheiro | Companheira | 0-6 | 7-12 | 12-18 | Cas / | Adultos |
| | () | () | | | | Adm () | () |

Observações _____

Nome do Entrevistador: _____

Assinatura Entrevistado: _____

Composição Familiar

[illegible]

Granças e Adolescentes Inseridas no PETI

[illegible]



SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA III
DEPARTAMENTO DE
INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO
PROGRAMA DE INCLUSÃO DO TRABALHO INFANTIL

Declaro para os devidos fins que ao ingressar no PETI (Programa de
Inclusão do Trabalho Infantil) assumo o compromisso de
manter/acompanhar os critérios/condições estabelecidas no PETI na Escola e
Terceira Ampliada sendo que o não cumprimento destes critérios implicará o
cancelamento da vaga.

Florianópolis, ____/____/____.

Assinatura do Responsável.

